

ATA N.º 8/2023

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE
20 DE OUTUBRO DE 2023**

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, no Teatro Miguel Franco, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram **presentes** os seguintes deputados municipais:

1. Abel Oliveira Vieira;
2. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
3. Adriano Barreiro Neto;
4. António Ferreira Pereira de Melo;
5. António Lacerda Sales;
6. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
7. Céline Moreira Gaspar;
8. Cristiana Duarte Pinto;
9. Eugénia Maria de Jesus Costa;
10. Fábio Micael Costa Bernardino;
11. Fernando Paulo Mateus Elias;
12. Helena Cristina da Fonseca Brites;
13. Hugo Miguel Heleno Morgado;
14. Joana Brito Cartaxo;
15. João Paulo Lavos de Moraes;
16. José Artur das Neves Ferreira;
17. José Carlos Matias;
18. José da Silva Alves;
19. José Manuel da Cunha;
20. Júlio Paulo Videira de Jesus;
21. Luís Manuel Coelho Prata;
22. Luís Paulo Pereira Fernandes;
23. Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
24. Manuel Carreira Bernardes da Cruz;
25. Manuel Oliveira Carreira;
26. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Serôdio;
27. Maria Margarida Guarda Verdades de Sá

28. Mário João Ley Garcia;
29. Mário Rodrigues;
30. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;
31. Nelson Manuel Carreira Ferreira;
32. Oriana Cláudia Ferreira Cristóvão;
33. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
34. Paulo Alexandre Jesus Clemente;
35. Paulo Pedrosa Pedro;
36. Pedro António Amado da Assunção;
37. Raul Testa Fortunato Faustino;
38. Renato José dos Santos Cruz;
39. Sandro Miguel Monteiro Ferreira;
40. Sofia da Silva Francisco;
41. Susana Margarida Martins Sequeira Bertão;
42. Telma Carreira Curado;
43. Tiago António Leal Duarte;
44. Tiago Miguel Gago dos Santos;
45. Vítor Manuel Casimiro Matos;

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Catarina de Moura Louro;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Anabela Fernandes Graça;
- Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;

Os seguintes deputados municipais **solicitaram a sua substituição**:

- Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho, substituída por Olga Sofia Gomes Marques;
- Artur Rogério de Jesus Santos (UF Colmeias e Memória), substituído por Patrícia Marcelino (Tesoureira);
- Carlos Alberto Garcia Poço, substituído por Hilário Pereira Estrada;
- Mário de Sousa Gomes (Freg. Milagres), substituído por Carlos Manuel de Sousa Dias Calhelhas (Secretário);
- Telmo Filipe Moreira Marques, substituído por João Luís Gaspar da Silva;

- Tiago Manuel Pereira dos Santos (Freg. Coimbrão), substituído por Joel Martins Ferreira (Tesoureiro).

Faltaram os senhores Vereadores Carlos Jorge Pedro Simões Palheira e Luís Manuel da Silva Almeida Lopes.

A sessão foi presidida pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António Lacerda Sales**, pelo **1º Secretário da Mesa, José da Silva Alves** e pela **2ª Secretária da Mesa, Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra**.

Havendo “quórum”, foi pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** declarada aberta a sessão, eram **21h08** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- 1. Proposta de criação da Freguesia de Pousos** – Apreciação, discussão e votação;
- 2. Informação económica e financeira semestral prestada pelo auditor externo** – Para conhecimento;
- 3. Adesão do Município de Leiria à Qualifica – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses** - Apreciação, discussão e votação;
- 4. Visitas gratuitas aos equipamentos culturais geridos pelo Município de Leiria** - Apreciação, discussão e votação;
- 5. Juntas de Freguesia:**
 - 5.1. Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Educação, 2023 – Beneficiação do edifício da exEB1 Estrada Nacional (Pousos)** - Apreciação, discussão e votação;
 - 5.2. Revogação do Contrato de comodato celebrado entre o Município de Leiria e a Freguesia da Bajouca** - Apreciação, discussão e votação;
 - 5.3. Revogação do Contrato de comodato celebrado entre o Município de Leiria e a Freguesia de Milagres** - Apreciação, discussão e votação;
 - 5.4. Revogação do Contrato de comodato celebrado entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira** - Apreciação, discussão e votação;
 - 5.5. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Transferência da verba das candidaturas de apoio das despesas correntes para candidatura das despesas de capital - União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes** - Apreciação, discussão e votação;
 - 5.6. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias - Alteração de candidatura de apoio às despesas correntes e despesas de capital – União das Freguesias de Parceiros e Azoia** - Apreciação, discussão e votação;

- 5.7. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria – Transferência de verbas das candidaturas de apoio das despesas de capital para as candidaturas das despesas correntes – Freguesia de Bidoeira de Cima -** Apreciação, discussão e votação;
- 5.8. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria – Transferência de verbas da candidatura de apoio das despesas correntes para candidaturas das despesas de capital – União das Freguesias de Colmeias e Memória -** Apreciação, discussão e votação;
- 5.9. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia da Bajouca no âmbito do programa “Viver Freguesias” -** Apreciação, discussão e votação;
- 5.10. Contrato com a União de Freguesias de Marrazes e Barosa para a locação de horas no Pavilhão Desportivo de Marrazes -** Apreciação, discussão e votação;
- 5.11. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Amor no âmbito de proteção civil e gestão integrada de fogos rurais -** Apreciação, discussão e votação;
- 5.12. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bajouca no âmbito de proteção civil e gestão integrada de fogos rurais -** Apreciação, discussão e votação;
- 5.13. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito de proteção civil e gestão integrada de fogos rurais -** Apreciação, discussão e votação;
- 5.14. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Souto Carpalhosa e Ortigosa no âmbito de proteção civil e gestão integrada de fogos rurais -** Apreciação, discussão e votação;
- 6. Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico – Meigal, Construção e Administração de Propriedades, S.A. – Processo GE/2022/170 -** Apreciação, discussão e votação;
- 7. Alteração e Republicação do Código de Conduta do Município de Leiria –** Para conhecimento;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** a todos cumprimentou e deu início à sessão começando a senhora **1ª Secretária** por efetuar a chamada de modo a verificar-se se já existia quórum para se poderem iniciar os trabalhos. Confirmada a existência de quórum o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão começando por informar os pedidos de substituição da sessão.

Continuando a sua intervenção o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, fez saber que existia uma inscrição para intervenção de público em nome de Nuno Manuel Monteiro Fernandes e Inês Filipa da Silva Costa Moreira tendo dado a palavra aos mesmos.

Intervenção da munícipe Inês Filipa da Silva Costa Moreira

Transcrição:

"Boa noite a todos.

Antes de mais agradecer e os nossos cumprimentos em nome individual e em nome coletivo por sermos os proponentes desta moção. Agradecer ao Presidente da Mesa da Assembleia, aos membros da Assembleia aqui presentes, ao Presidente do Executivo e também restantes membros do Executivo.

Nós queremos aqui estar hoje acima de tudo porque passámos um grande, um grande passo, passo o pleonasma, em que tivemos na Assembleia de Freguesia e que conseguimos chegar até aqui e só por isso já podemos mostrar o nosso entusiasmo por tudo isto que está a acontecer. Para além disso, toda a recetividade e a agilização do processo que tivemos também nos tornou mais fortes com a chegada até, até este momento. Queremos aqui realçar o Executivo da União de Freguesias por toda a disponibilidade e colaboração na execução de toda a proposta e que nos foi auxiliando ao longo de todo este processo. A todos que de alguma forma tornaram esta proposta possível, desde o simples apoio, passando pela sua elaboração, até a quem colaborou nas áreas financeira e jurídica não podemos deixar hoje aqui uma palavra para eles.

A presente Proposta tem como objetivo a criação da Freguesia de Pousos, por desagregação da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, pela aplicação da alínea b) nº 1 do art.º 3º da lei nº 39/2021, de 24 de junho.

Intervenção do munícipe Nuno Manuel Monteiro Fernandes

Transcrição:

"A Identidade Histórica, Cultural e Social da comunidade pousense são valores que devem ser preservados. Atualmente a Paróquia, as escolas e a SAMP são algumas das entidades que mantém essa identidade.

A criação da Freguesia de Pousos vai permitir que o sentimento de pertença dos seus habitantes volte a emergir, e assim conseguir transmiti-lo, em especial às gerações mais jovens.

Os Pousos sempre estiveram na vanguarda do desenvolvimento do Concelho de Leiria.

No início do século XX os terrenos baldios propriedade das freguesias foram, em grande parte destas, divididas em "levas" e sorteadas entre os seus habitantes.

Na Freguesia dos Pousos os baldios, concretamente as Matas do Bailadouro e Azabuco, foram em 1903, submetidas ao regime florestal e cedidas às Matas Nacionais, ficando a Junta de Freguesia com o direito a ¼ da receita da toragem.

Passados 50 anos essas receitas serviram para o desenvolvimento da Freguesia de que é exemplo a distribuição de água canalizada aos Pousos com a construção do Fontanário Público. Nos anos 50 os Pousos foram um dos pioneiros na industrialização do Concelho, com a instalação de fábricas de plástico e de formas para calçado.

Após a revolução de abril de 1974 houve um crescimento de associações recreativas e desportivas em quase todos os lugares da Freguesia.

Em 1981 são excluídas do regime florestal, as Matas do Bailadouro e Azabuco, revertendo a sua posse a favor da Junta de Freguesia de Pousos, a fim de nelas instalar uma zona industrial, habitacional e social. Construiu um conjunto de pavilhões industriais para alugar, que atualmente têm um rendimento anual de 220.000,00€. Tem sido com estas verbas que os Pousos têm investido na sua Freguesia, como por exemplo na construção da zona desportiva e já neste século o Centro de Saúde e a sede da Junta.

Como é explicado no relatório de viabilidade financeira, a Freguesia de Pousos (a criar) consegue cumprir o requisito eficácia e eficiência da gestão pública - ter uma participação mínima no Fundo de Financiamento de Freguesias correspondente a 30%, da atual União de Freguesias. A somar a esse valor, consegue gerar receitas próprias, provenientes do rendimento de imóveis, que quase o triplicam.

Intervenção da munícipe Inês Filipa da Silva Costa Moreira

Transcrição:

"Este relatório que foi mencionado pelo meu colega conclui, tal como nós verificámos através dos pressupostos apresentados, que se verifica a sustentabilidade económico-financeira das duas freguesias e é isso que também nos importa com a transferência de recursos humanos da atual União de Freguesias.

Para além disso, o parecer jurídico que foi solicitado concluiu que: estão contemplados todos os requisitos da Lei para a concretização da proposta apresentada.

Um movimento crescente de habitantes da Freguesia de Pousos, que se foram manifestando e organizando em prol da reposição da mesma, criaram o Movimento Cívico para o Desenvolvimento dos Pousos – "Juntos pelos Pousos", que promoveu uma exposição sobre os Pousos e conseguiu mobilizar a sociedade pousense em prol da separação dos Pousos da União de Freguesias.

Por terem sido solicitados para os representarem, um grupo de membros da Assembleia de Freguesia decidiu dar voz a esse movimento e propor a criação da Freguesia de Pousos por

desagregação da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, utilizando a competência para apresentar uma proposta, prevista na alínea a) do nº1 do artigo 10º da Lei nº39/2021, de 24 de junho.

Essa proposta, com o parecer favorável do Executivo, foi apresentada e discutida na Sessão Extraordinária da Assembleia da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, realizada no passado dia 11 de outubro, com a presença de aproximadamente 150 pousenses (que encheram o Auditório do Estádio Municipal). Foi aprovada com 17 votos a favor, 1 contra e 1 abstenção. Obrigada.”

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao “Período da Ordem do Dia”.

****** PERÍODO DA ORDEM DO DIA ******

Ponto 1 - Proposta de criação da Freguesia de Pousos – Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito boa noite a todos.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, o respetivo secretariado, todos os elementos da Assembleia, caros Pousenses e todas as pessoas que assistem à sessão quer presencial, quer na internet.

Portanto, o 1º ponto é um ponto de extrema importância não só para os Pousos, mas também representa aquilo que é uma vontade antiga desde que foi criada a fusão, agregação de freguesias que ficou marcada desde o início a vontade desta freguesia em rapidamente voltar a ter a sua própria direção e o seu próprio destino nas suas mãos e foi conhecido e quem está, quem está nesta sala seguramente se lembra que foi porventura das freguesias aquela que mais se preparou, mais reivindicou para que não, não fosse criada uma União de Freguesias com uma dimensão tão grande como aquela que é a União de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, sobretudo porque tem não só a viabilidade política, como financeira, como social e, portanto, tinha e tem todas as condições para poder funcionar como uma grande junta de freguesia e por isso hoje foi, hoje vai ser votado na Assembleia, no órgão próprio, num órgão importante aquilo que é uma vontade expressa da, da Assembleia de Freguesia, do Executivo da Junta, da Câmara Municipal e, portanto, iremos agora também seguramente assistir àquilo que é a votação da Assembleia que estou convencido também que terá o vosso apoio e será um regressar, um reiniciar de um de um processo que poderá contar não só com a colaboração do Município, do próprio Executivo da Junta atual, mas, sobretudo, vai ser muito importante para a afirmação daquilo que é o

projeto e a estratégia de futuro de uma freguesia que é muito importante para o desenvolvimento do concelho pela sua dimensão económica, pela sua dimensão associativa, pelo aquilo que é o crescimento populacional da nossa cidade e daquilo que representa para os próximos anos a fixação de pessoas no concelho de Leiria. É muito importante poder contar convosco e, sobretudo com o vosso entusiasmo e com a vossa participação e este também era um pedido e um desafio que deixava. Habitualmente não temos esta Assembleia com tanta gente, mas nós reunimos com muita frequência ao longo do ano e a população teve unida neste desafio e aquilo que eu desejo é que continue unida nos destinos da freguesia também no futuro porque aquilo que muitas vezes sentimos, quem está na atividade autárquica, é que às vezes existem também momentos em que estamos isolados ou quando fazemos Assembleias e aparecem 2 ou 3 pessoas a assistir ou quando tomamos decisões e parece que ninguém as repara sobre aquilo que é a sua importância e o desafio era não, não deixem de participar ativamente no futuro da vossa freguesia e parabéns pelo trajeto alcançado até terem chegado aqui com a vossa proposta. Muito obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo - PCP

Transcrição:

“Joana Cartaxo, PCP.

Senhor Presidente da Assembleia na sua pessoa cumprimento o senhor Presidente da Câmara, nas suas pessoas cumprimento todos os presentes e todos aqueles que nos veem a partir de casa.

Acho que este é um bom motivo para começarmos uma sessão de uma Assembleia Municipal, primeiro por aquilo que foi conquistado pelo pousenses e também por termos, de facto, aqui uma Assembleia como eu também nunca vi tão cheia de munícipes e isto é bastante importante, a vossa participação, e, portanto, é muito positivo termos, chegarmos e vermos, de facto, logo estes temas a serem abordados e tanta gente a participar. Nós, tal como já dissemos para os outros casos, como, por exemplo, também já foi aqui falado há pouco tempo o Souto da Carpalhosa e Ortigosa, fomos sempre desde o primeiro momento e coerentemente a favor ou neste caso a favor da, da contra neste caso, a, a extinção de freguesias. Intervimos aqui nesta Assembleia por diversas vezes contra a extinção e pela reposição de freguesias, lamentamos que por responsabilidade do PS outros processos não tenham visto a luz do dia e é com satisfação que vemos que o processo para reposição da freguesia de Pousos evoluiu até este ponto depois, mesmo depois de ter sido boicotado. Naturalmente irá ter o nosso apoio a restituição da autonomia desta freguesia e aproveitamos também para dizer que a luta vale a pena e aqui está mais uma prova. Muito obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Fábio Bernardino - PSD

Transcrição:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e os que assistem online a esta sessão.

Em nome da bancada do PSD serve esta intervenção apenas para dizer que acompanhamos esta manifestação popular e que o PSD saúda a população dos Pousos por ter apresentado esta proposta e por defenderem a vossa identidade e a vossa origem.

Este é um momento importante na afirmação da Freguesia dos Pousos!

Nesse sentido, como não podia deixar de ser, iremos votar favoravelmente, acompanhando assim o voto que a Assembleia de Freguesia já tinha dado a esta proposta.

Boa noite."

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha - BE**

Transcrição:

Exmo. senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara permitam-me que nas vossas pessoas cumprimente todos os presentes com um especial cumprimento a todos os pousenses também aqui presentes, que bom era que as Assembleias Municipais fossem sempre assim tão preenchidas.

Como nós já referimos na, na última Assembleia Municipal onde se discutiu esta criação da freguesia ou desagregação, criação por desagregação, penso que será este o termo correto, o Bloco sempre considerou justa a aspiração dos fregueses e como tal irá votar favoravelmente. Explicámos aqui na Assembleia onde este assunto foi a primeira vez discutido a razão que nos levou a votar contra que, como todos os aqui presentes sabem, na altura estava-se servir de uma exceção da Lei cuja desagregação dos Pousos implicaria necessariamente a desagregação das quatro freguesias e, como tal, havendo apenas o movimento por parte dos Pousos parecia-nos que não seria justo, a Lei previa um processo normal, processo esse que foi seguido pelos fregueses dos Pousos, fizeram o seu trabalho, uniram-se, manifestaram a sua vontade e apresentaram argumentos conducentes às suas aspirações. Como tal, quem somos nós para nos opormos à vontade democrática da população? A reposição de uma Lei que nos foi imposta, que nos foi enfiada pela goela abaixo sem qualquer estudo, sem qualquer consulta pública e contra a qual sempre batalhámos, assim não fazia qualquer sentido votarmos contra, foi imposta pela troika a chamada Lei Relvas. Desejamos, no entanto, que esta vontade expressa pelos fregueses dos Pousos não se traduza num afastamento, num fechar em si mesmo e que se lembrem sempre que o território é uno e todas as partes afetam positiva ou negativamente o seu todo. Assim, só me resta dar os parabéns aos fregueses dos Pousos, desejar-lhes uma boa continuação no resto do processo que não terminará aqui e dar essencialmente os meus parabéns pela organização que tiveram e que se manifesta hoje com a vossa presença que é um gosto ver. Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado Acácio Sousa - PS

Transcrição:

Acácio Sousa, PS.

Boa noite, senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa todos os membros das Assembleia, deputados e deputadas municipais e Presidentes de Juntas, senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa todos os Vereadores, munícipes aqui presentes, muito boa noite e é sempre realmente fantástico ver uma participação ativa nas coisas, na discussão política os munícipes e também o staff de apoio aqui à Assembleia e muito em particular, já agora permitam-me saudar o retorno da nossa colaboradora Catarina Clemente que, realmente, depois de tanto tempo de baixa por doença é um gosto e uma necessidade voltar a tê-la aqui, muito obrigado.

Antes de dizer o nosso sentido de voto vão permitir-me, eu não estava, não gostaria de fazer este parenteses, mas tenho de o fazer inicialmente. Senhora deputada Joana Cartaxo, a Lei da Agregação de Freguesias não foi do PS, o PS legislou em 2021 a possibilidade de desagregar novamente freguesias, portanto, a cábula aí não estava muito bem composta, desculpe dizer-lhe isto.

Ora bem, venho falar em nome do grupo do PS, do grupo municipal do PS e desejar o maior sucesso para a etapa seguinte na Assembleia da República e ao futuro da freguesia que agora se pretende recriar e que afinal também nunca o deixou de ser mesmo quando agremiada na União de Freguesias. O nosso sentido de voto será, naturalmente, favorável. A junção de freguesias feita apressadamente em 2013, nuns lados mostrou-se razoável, noutros lados levou à não adesão das populações, neste caso a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes e com esta pretensão dos Pousos em se autonomizar voltando a recriar a freguesia anterior, o executivo da União de Freguesias, presidido por José Cunha, como também já foi aqui referido anteriormente por um munícipe, é, de facto, inatacável, porque realmente tem sido de um cuidado e de um equilíbrio permanente entre todas as quatro freguesias que compõem esta União de Freguesias. Portanto, tem sido um acompanhamento exemplar para todas elas, não só as freguesias urbanas de Leiria, mas as, digamos, as tecnicamente chamadas de freguesias periurbanas Pousos, Barreira e Cortes. Agora, este processo de criação de freguesia chega a esta Assembleia Municipal de forma muito consistente e segura: pela dimensão do território da freguesia pretendida; pela história; identidade cultural própria; vontade da maioria clara, não só de quem tem legitimidade para representar a população, como é o caso da Assembleia de Freguesia, como pela própria população conforme a recolha de opiniões e sondagem assente em metodologia científica e amostra muito significativa. Aqui, nesta consistência de construção argumentativa, é de realçar também o trabalho da maioria, da grande maioria da

Assembleia de Freguesia e em particular também o empenho do seu Presidente Nuno Martinho, mas também de todo o apoio, com todo o apoio do Executivo.

Portanto, nem estão em causa perdas com a gestão política e de ação do atual Executivo, é uma vontade da população que se quer e justa, nem se trata do voltar de costas dos Pousos às freguesias da atual União de Freguesias. Há uma comunidade que, pela sua dimensão, identidade e eficácia de gestão justificam esta autonomia; e houve um grupo de dinamizadores que estiveram já aqui presentes em representação de todo o grupo que foi isto que sentiu e iniciou o processo. Temos a certeza que esta cooperação com as freguesias vizinhas não cessará.

Com esta resolução, pretende-se, sobretudo, dar resposta à vontade da população pousense e dar vista à eficácia da gestão política num território de grande dimensão e arrisco a dizer mesmo, facilitando o trabalho de gestão política e territorial a todas as freguesias que integram a atual União de Freguesias. Os eleitores pousenses saberão de certeza absoluta escolher o rumo do futuro e as lideranças que virão a ter.

Assim, o grupo do PS só tem que felicitar quem tem vindo a bater-se pela criação da freguesia autónoma dos Pousos e felicitar todos os pousenses que se veem representados nesta resolução, com os votos não só de sucesso no passo seguinte na Assembleia da República, como no futuro que reforçará a cooperação em prol do concelho de Leiria. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado - CHEGA

Transcrição:

“Boa noite.

Cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, o senhor Presidente do Executivo e nas suas pessoas todos os presentes e os que nos acompanhas lá em casa.

Ora, felicitar este movimento “Juntos pelos Pousos” pela iniciativa, pelo trabalho efetuado, um trabalho sério, rigoroso, metódico, os parabéns e apelar quer às pessoas dos Pousos que aqui estão, quer às restantes freguesias que não se lembrem desta Assembleia Municipal apenas nestes momentos, mas que acompanhem, que venham, que participem porque é por vocês que nós estamos aqui. Dito isto, por trás da questão da desagregação das Uniões de Freguesias está uma forte componente subjetiva da vontade da população em reafirmar a sua identidade, se quisermos o tal sentimento de pertença que foi aqui trazido, uma identidade secular com características e especificidades próprias, singulares e coletivas, associada a uma herança cultural e histórica do seu território e das suas gentes e isso merece sempre o reconhecimento da parte do CHEGA, mas como não só da sua identidade vivem as freguesias parece-nos claro que o que está também aqui em causa é uma expectativa e uma necessidade de proximidade, ou melhor, de reaproximação dos serviços à população encurtando a distância entre a administração, junta de freguesia e os

seus fregueses se quisermos aproximar as respostas às necessidades e todas as freguesias são igualmente importantes, mas cada caso é um caso e o CHEGA conhece bem a realidade da, da Junta de Freguesia dos Pousos, quando ainda o era, e conhece também a realidade desta super União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes e esta dimensão e a abrangência territorial desta super União de Freguesias acarretam especiais dificuldades e exigências sentidas pelo próprio Executivo, já, já tomámos conhecimento presencialmente, e sentidas principalmente pela população o que leva aqui a que a população tenha esta necessidade de criar ou voltar a criar a sua, a sua freguesia por forma a garantir essa proximidade e a resposta aos seus problemas porque tão importante quanto discutirmos a questão da desagregação de freguesias é garantir que as pessoas encontram, de facto, respostas às suas necessidades nesses territórios sejam eles freguesias ou uniões de freguesias. De nada vale termos 18, 36, 50 freguesias se depois não existe uma aposta forte efetiva em dotar esses territórios das infraestruturas essenciais para a população como, por exemplo, a saúde que é porventura atualmente o caso mais premente que ao contrário do que de uma forma simplista se possa pensar não é só por uma questão bairrista que vêm surgindo estes movimentos de desagregação de freguesias. É sim porque as pessoas sentem que as suas uniões de freguesia não lhes conseguem garantir as respostas, os serviços e condições que necessitam para terem uma vida digna e com qualidade porque às pessoas novamente não interessa se é a freguesia A ou a união de freguesia A mais B, o que importa é que encontrem nesses territórios respostas às suas necessidades. Dito isto, o CHEGA é um partido popular que nasceu da vontade popular, que ouve a população, respeita a voz da população, escuta os seus problemas, as suas queixas, aquilo a que algumas pessoas dentro dos seus gabinetes chamam de populismo, por isso, acompanhamos e respeitamos a vontade popular expressa pelas gentes desta união de freguesias e representada pelos seus eleitos locais, mas sem deixar de chamar a atenção para a necessidade de alteração das políticas públicas e das prioridades direcionadas a esta e às restantes freguesias. Muito obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"Boa noite, novamente. Joana Cartaxo, PCP.

De facto, e respondendo ao senhor deputado Acácio de Sousa, e bem, a lei foi, foi, de facto, feita por, pela troika exatamente, mas eu relembro só e daí a frase que eu vou voltar a repetir depois daquilo que eu lhe vou elucidar, o PS nunca mudou nem nunca quis mudar a lei mesmo em maioria e segundo criaram uma lei que para a reposição é de uma complexidade tremenda, e as próprias freguesias podem-no dizer, e daí a minha frase que não é uma cábula é um trabalho e, portanto, volto a repetir, lamentamos que por responsabilidade do PS outros processos não tenham visto a luz do dia exatamente por a

complexidade que nós sabemos, já vieram aqui alguns casos, e, portanto, a lógica desta, desta intervenção tem por base estas premissas. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da UF de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes – José Cunha

Transcrição:

“Boa noite. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, nele todos os membros da Assembleia Municipal, do Executivo, os cidadãos presentes, em particular os pousenses que aqui se fizeram também representar, e todos os que nos assistem em casa pelas vias da, pela internet.

Eu gostaria apenas de lembrar quem não viveu os tempos que antecederam a famosa Lei Relvas, a Lei 11-A de 2013, para lembrar os membros da Assembleia que não faziam parte deste processo autárquico que todos os autarcas de freguesia e friso todos estavam contra esta reforma administrativa e aqui no concelho isso foi uma prova inabalável porque todos votámos contra, foi unânime e a lei entrou em vigor mesmo assim e lembrar que um do esforço, isto é um pouco também para responder ao deputado Hugo Morgado, um esforço que todos os autarcas fizeram desde início e que assumiram foi precisamente para manter as sedes das antigas freguesias abertas precisamente para continuar a dar esse sinal de proximidade que eu acho que foi conseguido por todos, num ou outro caso, se calhar, com mais dificuldade, mas no nosso concelho estivemos todos contra e todos mantivemos as sedes abertas. Dizer-vos também que nós próprios no Executivo encomendámos uma sondagem em que o resultado, enfim, em traços gerais, 56% dos cidadãos inquiridos não tinham opinião e que 28,3% eram favoráveis à criação da freguesia dos Pousos e apenas 15% se manifestaram contra, portanto, aqui uma prova também que há uma vontade generalizada dos Pousos se tornar ou voltar a ser uma freguesia e, portanto, enquanto Presidente ainda da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, que sempre tentei manter uma questão de equidade porque se aceitei ser Presidente da União acho que deve defender a União e nesta matéria da decisão deixei sempre isso aos meus pares para poderem tomar a sua própria decisão livre e democrática e é isso que faço, faço aqui hoje. Já ouviram os diversos argumentos, só não sabemos a posição da Iniciativa Liberal, mas aquilo que eu vos peço enquanto autarca recordando todos estes antecedentes e usando toda a democracia, claro, é que votem favoravelmente este pedido subscrito, salvo erro, por 8 membros da Assembleia e que depois foi aprovado por maioria, eu não referi isso, com 17 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto contra. Portanto, fica o desafio de aceitarem democraticamente este meu pedido para que votem favoravelmente este pedido. Boa noite.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Carreira – CDS-PP / MPT

Transcrição:

"Muito boa noite a todos

Por 1ª vez nesta Mesa saúdo o senhor Presidente de todos e esta grande Assembleia em nome do Partido da Terra e do CDS coligação e gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer primeiro estas primeiras palavras enquanto estagiário nestas coisas e começar por ver um folheto que nos mostra a cultura, o conhecimento, mostra a identidade de uma terra e enquanto meio pousense que sou, não obstante o desconhecimento, acho que é um prazer ver esta Assembleia poder participar e dizer que a coesão, a identidade própria são importantes e aproveitaria para dizer que este folheto está muito bem redigido, fala-nos de uma ribeira das Chitas que os próprios residentes não conhecem o nome, portanto, é bom, nasce no Casal dos Ferreiros, atravessa várias povoações entre os quais lugares históricos e rochedos maravilhosos, tais como aqueles que existem no Lapedo, que convido a visitar na zona do Padrão, por isso se chama Padrão, muita pedra, e atravessa a Curvachia, entre 3 freguesias mais ou menos, Cortes, Arrabal e Pousos, que eu peço veemente que se abram estradas, caminhos, corta-fogos para que não aconteça numa das matas mais maravilhosas do nosso concelho e do nosso distrito aquilo que vimos este ano noutras zonas do nosso concelho e, portanto, o meu obrigado, cumprimentos, este meio pousense neste momento primeiro desta estreia. Parabéns a todos."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade** a **Proposta de criação da Freguesia de Pousos**.

Após a votação o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** parabenizou o senhor Presidente da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, senhor José Cunha, pelo equilíbrio que manteve e do qual foi testemunha ao longo dos anos. Deixou ainda os parabéns ao ímpeto e impulso social para uma nova freguesia dos Pousos sendo agora necessário que o processo corra os seus trâmites legislativos em termos da 13ª Comissão da Assembleia da República.

Ponto 2 - Informação económica e financeira semestral prestada pelo auditor externo – Para conhecimento;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, é uma obrigação legal, apresentar então na Assembleia Municipal aquilo que é o parecer do nosso Revisor Oficial de Contas semestralmente, portanto, estarei disponível para eventuais questões que queiram colocar. Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado **Pedro Assunção – PSD**

Transcrição:

"Apresento os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Sr. Presidente da CML, e nas suas pessoas cumprimento, todos os presentes e quem nos acompanha online. Uma saudação especial a todos os presentes que habitualmente não estão nestas reuniões.

Neste ponto o PSD entende que é relevante salientar 2 aspetos que são indicadores de políticas que consideramos serem penalizadoras para os cidadãos, sem que existam justificações convincentes e razoáveis.

Um destes aspetos está relacionado com a rubrica "Impostos, contribuições e taxas", onde houve um aumento de 41,81% em relação ao período homólogo do ano passado. Este ano, a cobrança adicional de impostos já totalizou mais 3,15M€ do que o montante cobrado em igual período do ano passado, que foi de 7,53M€. Portanto, daqui resultou um total de receita de 10,68M€ cobrada nos primeiros 6 meses. Nada de ilegítimo ou imoral nestes valores, que resultam essencialmente do aumento de IMT e taxas relacionadas com loteamentos e obras.

No entanto, estes valores também revelam que esta receita adicional de impostas poderia ter sido usada para aliviar outro tipo de impostos que hoje em dia asfixiam os cidadãos e onde os Leirienses não são exceção. Referimos, por exemplo, a taxa de participação municipal no IRS, onde a CML propôs e fez aprovar nesta Assembleia, com os votos contra do PSD, a taxa máxima de 5% que, como agora se demonstra, poderia ter sido reduzida para 2% a 3%, sem perda de receita de impostos para CML, em benefício dos cidadãos.

O PSD é contra esta política de cobrança de impostos de forma transversal, que tem subjacente apenas o princípio cego da maximização da receita fiscal, custe o que custar, mesmo que existam alternativas mais benéficas para os cidadãos e sem prejuízo para a CML.

O outro aspeto diz respeito à execução orçamental, confirmando-se aquilo que tem sido a principal característica deste executivo – é bom a cobrar receitas (cerca de 64% cobrados nos primeiros 6 meses) e mau a executar essas receitas em prol do desenvolvimento de concelho, com apenas 37% de execução, no global, sendo ainda mais reduzido grau de execução no que respeita a despesas de capital (cerca de 28%).

Significa isto que a CML investe pouco no Concelho de Leiria, apesar de não lhe faltarem os recursos financeiros.

Também em linha com aquilo que tem sido a prática deste executivo, ao fim de 6 meses as despesas comprometidas são muitas (quase 84%), o que em termos práticos se traduz na existência de muitas promessas, mas também muitas delas pouco credíveis conforme se demonstra pela fraca execução orçamental."

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes – CHEGA

Transcrição:

Boa noite a todos, boa noite senhor Presidente e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes. Luís Paulo Fernandes, do partido CHEGA.

Pois este, este relatório de auditor externo não é para votação é para conhecimento, mas efetivamente constata-se o que o partido CHEGA e o colega companheiro do PSD também mencionou a questão da execução, a questão das boas contas, mas na prática não se traduz em resultados e se formos objetivamente ao relatório independente Temos o quadro em anexo das reservas e senhor Presidente não sendo perito na matéria será o relatório e os profissionais que emitiram este relatório independente, o que apraz registar e que não nos satisfaz e passo a ler: " ...à data do presente relatório não foram elaboradas reconciliações bancárias de 3 contas à ordem de 2 instituições financeiras..." e depois temos, continua, mas temos situação em 2023, "...os serviços estão empenhados em suprir esta insuficiência no decurso do presente exercício..." Portanto, nós temos um relatório emitido por uma entidade e por um auditor externo e onde o que se lê logo nas reservas é que efetivamente só fazer a reconciliação das contas bancárias, das 3 contas bancárias, não foi feito e nós perguntamos, o partido CHEGA pergunta porquê? Uma coisa tão simples que é fazer a reconciliação bancária de contas, qual será o motivo? Não sei. Os serviços estão empenhados em suprir esta insuficiência no decurso do presente exercício, estamos a meio do mandato, os leirienses sabem que estamos a meio do mandato, se a meio do mandato não se faz a reconciliação de contas, na nossa opinião, estamos muito mal e continuando também neste anexo também se encontra uma recomendação do auditor externo, não somos nós que o dizemos, os serviços encontram-se a diligenciar no sentido de obter as informações necessárias para o cumprimento das exigências da NCP4, isto os leirienses não sabem, mas tem a ver com os acordos de concessão de serviços relativamente aos quais a entidade não obteve dos concessionários a informação detalhada sobre os ativos de concessão. Isto se formos a estudar bem todos estes processos e que estão aqui registados e que são aqui registados, não é? Muito mal vai, muito mal vai quando o auditor externo faz estas recomendações e a meio do mandato e não é caso para sorrisos, são casos muito sérios que ficam registados e que o partido CHEGA recomenda ao Executivo que o resolva porque já vai sendo tempo, estamos a meio do mandato. Resta-me saudar e parabenizar a freguesia dos Pousos, excelente trabalho e mãos à obra. Boa noite a todos."

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

A certificação de contas será, naturalmente, apresentada no final do, também no final do exercício e o que era importante aqui sublinhar é que este relatório vem comprovar que a Câmara de Leiria tem não só contas certas, mas tem um rigor muito importante na gestão

das suas receitas e suas despesas no momento em que estamos a viver uma das maiores inflações registadas nos últimos, nos últimos anos pós 25 de Abril e, portanto, temos aqui a necessidade de garantir que não só as gerações futuras, o exercício, os executivos futuros possam ter capacidade de gerir e de investir de uma maneira rigorosa aquilo que são as grandes apostas do desenvolvimento do concelho sem comprometer aquilo que é as finanças do Município, essa é uma imagem de marca que não queremos abdicar, sabemos o que é que é gerir com escassez, sabemos o que é que é gerir com dívida, que foi aquilo que a gente teve quando chegou à Câmara e, por isso, quando a nossa receita sobe em virtude daquilo que também é o crescimento imobiliário que estamos a assistir, nós não aumentámos as taxas e agora falou sobre, sobre a questão da importância que hoje tem o IMT, que é um imposto que resulta das transações de imóveis, significa que existe um dinamismo económico em torno daquilo que é o mercado imobiliário, o que é bom, e que também resulta daquilo que é a cobrança de taxas de construção, o que significa que temos, estamos num concelho que começa e tem uma oferta habitacional resultante daquilo que é a procura, insuficiente ainda, a oferta é insuficiente para a procura que temos, mas a verdade é que reflete-se naquilo que são as evidências no país, o ano passado Leiria foi a 3ª cidade do país que teve mais licenciamentos urbanos, entre novas habitações e remodelações só teve Sintra e Braga à frente, e, portanto, se há sinal de que cidade atrativa para viver esta é uma delas e se, de facto, existe imposto sobre transações é porque as pessoas têm oportunidades de comprar habitações no nosso concelho. Por outro lado, o Tribunal, a Ordem dos Contabilistas realiza todos os anos um estudo comparativo de todo o país sobre as contas do ano transato e em 2022 o nosso concelho foi o 4º melhor concelho do país e nós temos 270 e qualquer coisa municípios, portanto, estamos em 4º no país com melhor equilíbrio financeiro orçamental, fomos o 7º em termos de eficiência financeira, tem uma prestação que, naturalmente, nós sentimos isso porque isto resulta também do nosso controlo financeiro, somos dos municípios do país aquele que gasta menos em recursos humanos no total da despesa total e temos também uma prestação em termos de devolução de IMI à população que é o 10º município do país a devolver mais IMI à população. Como é que se faz esse cálculo? O IMI máximo fica em 0,45%, nós cobramos o mínimo, 0,3%, se tivéssemos como muitos municípios cobram o máximo ao não colocarmos o nosso IMI na fasquia máxima esse dinheiro representa uma poupança em média para cada leiriense de 60 euros e aí, no nosso entender, é o sítio onde deveremos não sacrificar em termos de impostos as pessoas e porque é que o IRS é diferente? Já expliquei isto várias vezes, aproveito para explicar novamente uma vez que hoje plateia, por isso, permite-me falar um bocadinho mais. É importante para já porque o IRS, como sabem, há uma esmagadora maioria das pessoas que ao auferirem rendimentos mínimos pagam ou não pagam IRS ou pagam muito pouco. Nós, ao aplicarmos uma taxa mais

reduzida de IRS estaríamos a beneficiar sobretudo as pessoas que auferem rendimentos superiores, nomeadamente os trabalhadores por conta de outrem com altos rendimentos e seríamos essas, seriam essas pessoas que iriam beneficiar daquilo que é a visão fiscal do PSD. O que nós sempre dissemos é que preferimos manter a contribuição dos 5% do IRS no máximo e afetar 1% dessa receita a um Fundo de Emergência Social para ajudar as famílias, as instituições em situações de, de pobreza ou de risco de e daí criámos o Fundo de Emergência Social. No que diz respeito às reservas que foram aqui apresentadas relativamente à reconciliação bancária, a reconciliação bancária de uma Câmara Municipal não é propriamente um exercício de confirmar apenas algumas transações no registo daquilo que é um extrato bancário, para já porque trabalhamos com muitos bancos, depois porque todos os dias temos centenas de transações, depois, como é óbvio, as contas estão certas, o momento de reconciliação bancária, aquilo que estamos a preparar é que ela seja feita de uma maneira automática através de um robot porque é uma operação mecânica, isso não significa que haja algum problema com os bancos, nós temos a nossa situação perfeitamente assegurada. Isto é uma operação que tem que ser feita e quem está ligado à contabilidade e à revisão de contas sabemos que a reconciliação bancária é uma operação por vezes bastante chata e repetitiva, obrigatória é por isso que daquilo que estamos a preparar e utilizar ferramentas tecnológicas para que essa reconciliação seja feita de uma maneira mais automática e daí, até ao final do ano, teremos seguramente a reconciliação bancária feita de todas as nossas contas. Muito obrigado.

A **Assembleia Municipal** tomou conhecimento.

Ponto 3 - Adesão do Município de Leiria à Qualifica – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, é a adesão a uma Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses. Uma das nossas prioridades nos últimos anos tem sido a aposta nos produtos locais promovendo a marca "É de Leiria" onde temos os produtos que queremos classificar e valorizar, como é o caso da morcela de Leiria, o leitão da Boa Vista, as brisas do Lis são algumas das áreas em que queremos através desta associação valorizar e proteger estes produtos mais tradicionais. Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado **João Luís Gaspar - IL**

Transcrição:

"Boas noites Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, permitam-me que nas suas pessoas cumprimente todos os presentes.

Deixar de igual modo uma saudação especial à comunidade dos Pousos que viram aqui hoje aprovada por unanimidade a sua vontade [desagregação da UF].

[Em reposta ao ainda atual presidente da UF José Cunha que afirmou não saber a posição da IL] Sr. Presidente José Cunha, a posição da IL era esta mesma, o voto favorável. Para nós há dois pontos essenciais aqui: a vontade da população e a proximidade à mesma. Esta proposta vem trazer isso e por isso não poderíamos estar contra, mas sim sempre a favor. Do mesmo modo que o Sr. Presidente sabia também a nossa posição visto que o nosso deputado na UF expressou o seu voto secreto de forma pública, ao lado do Sr. Presidente, voto esse que era favorável à desagregação.

[Em sentido de corrigir o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Leiria relativamente à não devolução do IRS por o considerar um benefício dado a quem auferir rendimentos maiores] Caro Presidente, permita-me fazer-lhe um reparo: A devolução do IRS, é isso mesmo, uma devolução. Não é um benefício. Trata-se pura e simplesmente de devolver aquilo que os contribuintes adiantaram ao estado, e não tendo sido investido tem agora a oportunidade de o devolver. Naturalmente que quem auferir rendimentos mínimos e não adiantou nada, dado que não paga IRS, não vai ser afetado negativamente nem favoravelmente por esta devolução, porque não há nada a lhes ser devolvido. E não, não é uma questão de justiça social, quanto muito é uma questão de justiça fiscal. Não há qualquer benefício a ninguém em detrimento de quem auferir menos rendimentos. É uma simples devolução daquilo que é de quem adiantou numa primeira instância.

Relativamente a este ponto [Ponto 3] vou tentar ser o mais rápido e claro possível. A Iniciativa Liberal, a não ser que o executivo consiga demonstrar de forma tangível os ganhos que esta adesão trará para a cidade de Leiria, terá como sentido de voto a Abstenção.

Por mais nobre que seja a missão desta associação, nada nos é dito sobre os benefícios tangíveis que esta adesão trará para a nossa cidade. É importante lembrar que não estamos a questionar o valor intrínseco da missão desta associação, mas sim a avaliar a eficácia e o impacto real desta adesão na nossa cidade e de assegurar que cada euro gasto esteja verdadeiramente a contribuir para o bem-estar e desenvolvimento dos leirienses e da cidade de Leiria. E por isso, esperava ver números, estimativas. Qual é que é afinal o retorno esperado que esta adesão trará? Fica a sensação que estamos apenas a tentar plantar uma moeda na esperança que de lá saia uma árvore de frutos, cujo fruto são notas roxas, sem uma base que sustente isto. Porque ficam também as dúvidas: será que não estamos apenas a alimentar mais uma associação? Será que aquilo que esta associação faz

é assim tão único que o município de Leiria não é capaz de fazer e tem vindo a fazer já por si próprio?

Agora é claro que cada euro que gastamos como contribuintes deve ser visto como uma oportunidade de melhorar nossa cidade e o nosso futuro. Mas um euro mal gasto é um euro perdido, e esse é um facto que não podemos ignorar.

Deste modo, em boa consciência não posso votar a favor, mas também não vamos votar contra para não ser um entrave a algo que até poderá ser potencialmente benéfico, nós é que não sabemos com a informação que nos foi disponibilizada.

Obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Também cumprimentar a presença do novo deputado da Iniciativa Liberal.

Nós todos os, todos os meses os trabalhadores por conta de outrem, a entidade patronal retém o IRS e depois há um pagamento, há um acerto aquando da apresentação das declarações. O que acontece é que uma parte do imposto arrecadado pelo, pelo Ministério das Finanças, pronto, pelas Finanças uma parte é entregue às Câmaras Municipais, as Câmaras Municipais depois podem dizer se daquela percentagem que recebemos se quer receber tudo ou se quer receber só uma parte, pronto, há quem defenda que deva defender tudo, que é o meu caso, pelo menos nesta fase, porque se abdicarmos, se devolvermos iremos devolver uma parte significativa desse dinheiro às pessoas que mais recebem no seu ordenado e, portanto, nós estaremos a fazer uma justiça social. Prefiro arrecadar o dinheiro e conseguimos afetar uma parte importante dessa receita àquilo que é a construção de uma sociedade mais equilibrada resultante daquilo que são as diferenças que se criam em contexto de crise e questões sociais. No que diz respeito à adesão, portanto, é a adesão de uma associação com vários municípios que têm objetivos comuns, promover os seus produtos da terra, a adesão tem um custo de 2.165 euros e por isso, em termos financeiros, não é, não é relevante, no entanto, percebo e respeito as dúvidas que tem, portanto, caso a associação não cumpra também com os nossos objetivos a qualquer momento também podemos deixar de fazer parte da associação. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por maioria**, com **1 abstenção** (1-IL), a **Adesão do Município de Leiria à Qualifica – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses**.

Ponto 4 - Visitas gratuitas aos equipamentos culturais geridos pelo Município de Leiria - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

O que estamos a propor é que passem a ser gratuitas as entradas nos equipamentos culturais, o castelo os diversos museus para todos os alunos matriculados nos cursos do Politécnico de Leiria, bem como para todos os cidadãos residentes no concelho de Leiria mediante a apresentação, respetivamente, de cartão de estudante ou de comprovativo de residência, bem como para os docentes que lecionam em estabelecimentos de ensino localizados no concelho de Leiria mediante apresentação também do respetivo comprovativo. Muito obrigado, senhor Presidente."

Intervenção da senhora deputada Sofia Francisco - PS

Transcrição:

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os deputados e Presidentes de junta e Uniões de Freguesia. Cumprimento o Exmo. Presidente da Câmara Municipal e todos os vereadores, cumprimento igualmente todos os que nos acompanham em casa e todos os restantes elementos aqui presentes. Boa noite. Sabendo que para que a cultura seja inclusiva e abrangente, devem ser promovidas políticas públicas orientadas para a acessibilidade e participação alargada de públicos, ligando-os

às instituições, às obras e aos criadores. Foi por isso, com agrado, que recebemos a recente decisão da Direção-Geral do Património Cultural que tornou gratuitas, desde o dia 1 de setembro, as entradas em museus, monumentos e palácios por si tutelados, aos domingos e feriados, para os cidadãos residentes em Portugal.

Foi uma boa notícia. Todavia, o Município de Leiria, pretendendo que todos os seus munícipes tenham a oportunidade de participar na vida cultural do concelho e que sabe que a entrada gratuita nos equipamentos culturais, entre outros propósitos, contribui para a inclusão social, pois promove um sentimento de pertença à comunidade, decidi ir mais além.

Deste modo, as entradas nos espaços culturais do Município de Leiria irão passar a ser gratuitas, não apenas ao domingo, mas sempre que um cidadão residente no Concelho de Leiria apresente o comprovativo de residência. E não, não é complicado- pode ser feito pelo tradicional método da apresentação da fatura de água ou eletricidade, que até pode estar no email ou numa foto no telemóvel, pela apresentação da carta de condução ou pela opção do cartão de cidadão que os espaços culturais estão preparados para verificar.

Para além disso, reconhecendo o importante papel que os espaços culturais desempenham na educação e no desenvolvimento pessoal, intelectual e emocional dos jovens, os alunos matriculados no Instituto Politécnico de Leiria irão igualmente ter acesso gratuito aos espaços culturais geridos pelo Município.

Ademais, uma vez que as políticas culturais podem e devem evoluir ao longo do tempo e assim, a Sra. Vereadora da Educação e Cultura, Anabela Graça, foi receptiva à sugestão recebida no último Conselho Municipal de Cultura, de tornar gratuita a entrada nos espaços culturais do Município a todos os docentes que lecionem em estabelecimentos de ensino localizados no Concelho de Leiria, uma vez que há muitos professores a trabalhar nas escolas do Concelho, mas que residem noutros locais, e sabemos bem da importância dos professores na transmissão de conhecimento cultural às gerações mais jovens.

Políticas que fomentem o acesso à cultura terão de ser sempre bem-vindas. Promovem a educação e o desenvolvimento- este município sabe disso e coloca-as em prática. Esta medida é apenas mais um exemplo da importância que a cultura tem para quem define estratégias, certas, para o Município de Leiria.

Assim, e após aprovação por esta Assembleia, o Castelo de Leiria, o Museu de Leiria, o m|i|mo - museu da imagem em movimento, o Moinho do Papel ou o Banco das Artes Galeria, por exemplo, estão agora mais acessíveis todos e à vossa espera. Corrijo, espera dos tantos que vivem a cultura em Leiria e que, com esta medida, serão certamente mais. Obrigada.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade**, as **Visitas gratuitas aos equipamentos culturais geridos pelo Município de Leiria**

Ponto 5 - Juntas de Freguesia

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, conforme acordado no início da sessão, comunicou que este ponto seria discutido em conjunto por questões de economia de tempo e de esforço sendo a votação efetuada ponto a ponto.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Tentar então aqui apresentar os pontos de uma maneira rápida para que as pessoas que estão a assistir em casa também possam ter oportunidade de entender as decisões, portanto, o 5.1 é a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências, no âmbito da Educação com o objetivo de realizar obras de beneficiação do edifício da exEB1 Estrada Nacional, portanto, é a escola, antiga escola dos Pousos. A escola estava,

estava a ser utilizada para outros fins, para fins eminentemente culturais, com o crescimento populacional que temos registado temos mais crianças e mais procura de escola, portanto, vamos fazer este contrato interadministrativo, transferir este dinheiro para a junta de modo a que ela possa até ao final do, do ano realizar estas obras de adaptação e melhoria da escola para que os alunos possam depois entrar ainda no decorrer deste ano letivo ou no próximo ano letivo e assim ajudar a resolver um problema de sobrelotação das escolas na zona urbana.

Depois, 5.2 é a revogação do contrato de comodato celebrado entre o Município de Leiria e a Freguesia da Bajouca, portanto, a escola EB1 do Vale da Bajouca tinha sido transferida através de comodato para a junta. A junta através daquilo que é o pedido da Associação dos Oleiros da Bajouca aceita que a escola volte outra vez à Câmara para que depois então se volte a firmar um contrato de comodato então com esta associação.

O 5.3 é a revogação também do contrato de comodato celebrado entre o Município de Leiria e a freguesia dos Milagres, portanto, há um conjunto de escolas no concelho que estão desocupadas e que, portanto, foram entregues às juntas de freguesia para poderem ser postas ao dispor da população no caso da EB1 de Figueiras a Junta de Freguesia e a Câmara concordaram que a escola voltasse à Câmara e o nosso objetivo é transformar a escola em habitação.

No 5.4, revogação também do contrato de comodato celebrado entre o Município de Leiria e a Freguesia, União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira, é o mesmo raciocínio só que agora é a escola EB1 de Casal Novo.

O 5.5, regulamento de atribuição de apoio às freguesias e uniões de freguesias do concelho de Leiria, transferência da verba das candidaturas de apoio das despesas correntes para candidaturas de despesa de capital, é um pedido da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, portanto, todos os anos, no início do ano, atribuímos apoios às freguesias para as suas despesas correntes e para as suas despesas de capital, ao longo da execução dessas atividades há pedidos de alteração de rubricas ou despesas e neste caso pedem para que a Assembleia autorize que a verba que tinham pensado gastar no festival gastronómico e o remanescente do passeio de idosos possa ser usado na aquisição de módulos de WC para o parque de merendas.

5.6, regulamento de apoio à freguesia de uniões de freguesia, alteração de candidatura, neste caso na freguesia de Parceiros e Azóia, raciocínio idêntico, neste caso, salvo erro, também querem transferir verbas do passeio de seniores, apoios administrativos, algumas reparações para a construção de balneários, salvo erro, na zona desportiva.

5.7, freguesia, o mesmo raciocínio para a freguesia da Bidoeira de Cima. Neste caso, é afetar o remanescente do apoio referente à aquisição de uma carrinha adaptada de 9 lugares para apoio a atividades de manutenção de espaços verdes e atividades escolares,

portanto, aqui uma transferência resultante de uma poupança na aquisição de uma viatura. 5.8, regulamento de apoio às freguesias, transferência de verbas da candidatura de apoio das despesas correntes para despesas de capital, neste caso é na freguesia das Colmeias e Memória e, portanto, é com o objetivo de cancelar a candidatura do passeio dos avós e passar para despesa de capital, nomeadamente aquisição de reboque para, em princípio, ser usado para os trabalhos regulares de manutenção na freguesia.

O 5.9 é um contrato interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia da Bajouca no âmbito do programa Viver Freguesias, portanto, são verbas que atribuímos para a melhoria do espaço público, nomeadamente em zonas centrais das freguesias como praças, rotundas, portanto, há aqui um pedido também relativamente à Freguesia da Bajouca.

Contrato, 5.10, contrato com a União de Freguesias de Marrazes e Barosa para a locação de horas no pavilhão desportivo de Marrazes, portanto, o pavilhão desportivo dos Marrazes é propriedade da Junta de Freguesia, a Câmara todos os anos compra um conjunto de horas para poder ser usada pelos clubes e também por outras entidades.

5.11, contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Amor no âmbito da proteção civil e gestão integrada de fogos rurais, tem a ver com as preocupações com a gestão dos espaços da gestão das faixas de combustível nas diversas freguesias, neste caso concreto de Amor.

5. 10, contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a freguesia da Bajouca no âmbito da proteção civil, o mesmo raciocínio só que para esta freguesia. Consiste em transferir estas verbas para efeitos de proteção civil. O mesmo raciocínio para a Maceira e no 5.14 o mesmo, a mesma decisão só que agora para a freguesia do Souto da Carpalhosa e Ortigosa e assim termina o grupo 5. Muito obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"Boa noite, novamente. Joana Cartaxo, PCP.

Portanto, nós vamos então fazer a intervenção tendo em conta o grupo dos 14 pontos do Ponto 5 começando por, mais uma vez, apelar ao senhor Presidente da Câmara que naquilo que já falámos aqui n vezes, inclusivamente na última vez que vim aqui falar relativamente a estas questões, que nos fosse de uma vez por todas disponibilizado o estudo prévio para aquilo que é os contratos interadministrativos que são aqui então contemplados, nomeadamente no ponto 5.1, 5.9, 5.11, 5.12, 5.13 e 5.14 e tendo em conta que não temos este estudo prévio que efetivamente demonstre qualitativamente e quantitativamente nos aspetos que legalmente são obrigatórios, sociais, financeiros e tudo mais que está contemplado na lei, que nos seja fornecido esse material, estes estudos prévios para podermos votar de consciência nestes pontos e, portanto, irei fazer uma declaração de voto

relativamente depois a estes pontos. Em relação ao ponto 5.2, 5.3 e 5.4 vamos votar a favor tendo em conta que achamos e queremos declarar que estes processos provam como a maioria toma decisões precipitadamente, sem reflexão, sem uma estratégia e sem um objetivo definido e, portanto, estamos a falar de 3 questões relativamente a concretamente às escolas. Ponto 5.5 e 5.6 vamos votar a favor. O Ponto 5.7 vamos ter que votar contra porque dado que a manutenção de espaços verdes e planificar atividades de tempos livres são atribuições municipais e não pode haver lugar à concessão de apoio. A figura adequada seria o contrato interadministrativo para a delegação de competências, este é o 1º motivo para votarmos contra, mas para além deste votaríamos sempre contra porque não concordamos que seja uma junta de freguesia a planificar as atividades de tempos livres de crianças em idade escolar. Ponto 5.8 iremos votar a favor. O ponto 5.9, como já disse, iremos votar contra, 5.10 a favor e todos os restantes contra com declaração de voto. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha - BE

Transcrição:

“Mais uma vez, boa noite.

O Bloco de Esquerda irá votar a favor de todos os pontos, no entanto, a talho de foice gostaria de solicitar aqui uma informação, umas informações ao senhor Presidente relativamente aqui à revogação dos contratos de comodato, designadamente ao Ponto 5.4, onde nos é dito que a intenção do Município no âmbito da estratégia local de habitação de Leiria “...requalificar imóveis visando a criação de habitações sociais e ou a custos controlados...” Ora, a aprovação da estratégia local de habitação de Leiria teve, como sabemos, a finalidade de nos podermos candidatar ao programa 1º Direito que visa a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas. Nessa sequência, em 1 de julho de 2021, o Município de Leiria assinou com o IHRU um acordo de colaboração ao abrigo deste programa onde se estabelecia um investimento de mais de 11,5 milhões de euros, valor este assegurado 100% pelo IHRU através das verbas que viriam do PRR. A única pergunta que eu tenho é, senhor Presidente, o que nos pode informar sobre o andamento do processo decorrente do acordo de colaboração assinado com o IHRU e se já tem previsto e onde pretende a câmara investir os 11,5 milhões de euros que receberá ao abrigo deste programa. Obrigado. ”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

“Boa noite.

Ora, ao contrário de alguns partidos que nesta Assembleia dizem defender o poder local e a descentralização, mas que depois aproveitam para estarem contra por um ou outro motivo para estarem contra aquilo que possa esvaziar os poderes do Comité Central e

delegar competências nas freguesias, o CHEGA não tem 2 pesos e 2 medidas. Desde o início temos votado favoravelmente estes pontos que envolvem competências e autonomia das freguesias. Até prova em contrário, repito, aceitamos que são as freguesias representadas pelos seus eleitos locais que melhor conhecem e sabem o que estas populações necessitam, não temos dúvidas da capacidade e do empenho das freguesias em lidar e cumprir com estas competências e tarefas, temos sim sérias reservas porque conhecemos, porque fomos ouvir, que os meios dados às freguesias sejam suficientes para fazer o que lhes passa a competir fazer, se quisermos, para usar outra linguagem, não duvidamos da capacidade das freguesias para fazerem boas omeletes temos é dúvidas que os ovos que lhes são dados sejam suficientes e sem uma coisa não se faz outra, já dizia o grande filósofo e pensador José Mourinho.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Carreira – CDS-PP / MPT

Transcrição:

“Manuel Carreira, CDS / Partido da Terra.

Apraz-me ver quantas vezes nos aparece a problemática ambiental que cada vez mais temos de estar todos muito, muito abertos a discutir e a preservar em várias, temos isso em vários pontos e eu permito-me parafraseando a expressão de António Guterres e Papa Francisco que diz: “Deus perdoa sempre, o homem às vezes, a natureza jamais” e eu penso que nós a vermos as guerras que se aproximam todos nós entramos em guerra connosco próprios e guerra em muitos sentidos, mas basta-nos uns minutos com falta de oxigénio e a humanidade desaparece e isto é um grito alarmante que eu queria fazer apreço e o Partido da Terra / CDS tem 2 focos muito fortes, humanismo e ecologia e, portanto, parece-me que estamos a caminhar nesse ponto e este é o ponto que eu gostaria de reforçar e, naturalmente, votaremos todos esses pontos porque caminhamos para criar um bocadinho mais de oxigénio que todos precisamos. Obrigado.”

Intervenção da senhora Presidente da UF de Monte Redondo e Carreira – Céline

Gaspar

Transcrição:

“Boa noite a todos permitam-me que na pessoa do senhor Presidente da Assembleia cumprimente todos os presentes e os que nos acompanham através de, do um sistema online.

Eu queria só deixar aqui uma explicação e explicar que as coisas evoluem no tempo, em determinada altura tínhamos alunos e crianças para encher várias escolas, a partir de determinada altura as crianças não chegaram para encher todas as escolas e então as associações pediram a utilização dos edifícios escolares e foi que aconteceu em Monte Redondo. Houve uma associação que pediu a utilização da escola do Casal Novo, não há aqui falta de estratégia e, entretanto, a associação deixou de querer utilizar a escola e com

os apoios do IHRU para fazer habitação surgiu a oportunidade de fazer essa alteração, portanto, dizer que em relação à questão da revogação dos contratos que se trata de falta de estratégia parece-me que é mesmo só uma questão de politiquice, permitam-me. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Paulo Pedro – PS

Transcrição:

“Boa noite a todos. Paulo Pedro, Partido Socialista.

Deixem-me vos dizer que a única recompensa, digamos assim, que um Presidente da Junta tem, eu falo por experiência de 20 anos nessa, nessa função, a única recompensa que se tem enquanto autarca de freguesia é fazer obra, é servir as populações e a deputada Joana Cartaxo falou aqui do estudo prévio, das competências, eu quero lembrar que a Câmara tem sido alvo de auditorias e tenho a certeza que quando for necessário apresentar estudos prévios vão ser apresentados, que eu acho que é encarecer apenas o processo mais nada, é complicar mais o processo, é demorá-lo mais, é tirar capacidade aos Presidentes, às Juntas de Freguesia de fazer obra, só por isso. Relativamente ao deputado Hugo Morgado, eu concordo consigo apenas a dúvida de que os meios são poucos, eu quero dizer aqui que os meios são contratualizados entre as duas partes, se alguma não concorda, e já tem acontecido, pura e simplesmente não aceita ou a delegação de competências ou o contrato interadministrativo, portanto, as verbas não são muitas, é um facto, mas por norma são de acordo com os dois intervenientes, era só. Obrigado”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado.

Subscrevo na íntegra esta leitura daquilo que é a importância das freguesias para o desenvolvimento harmonioso do concelho, não é? Ainda há pouco foi evidenciada a dificuldade de executar investimento e, mesmo assim, o Município de Leiria é o 17º do país a executar mais investimento, portanto, aqui demonstra a dificuldade, mesmo com dificuldades estamos no topo dos municípios a realizar investimento e a pagá-lo, mas hoje em dia desde que percebemos que as lógicas da construção tinham mudado no atual cenário de falta de mão de obra e de preços mais elevados que a melhor solução era fazer muita pequena obra e de uma maneira descentralizada porque conseguimos ter vários parceiros a executar obra, é por isso que damos apoio às IPSS para elas fazerem as suas creches, é por isso que ajudamos os clubes a desenvolver os seus projetos desportivos e a apoiar à construção de pavilhões e outro tipo de equipamentos e não substituímos essas instituições, essas entidades com o investimento municipal. É muito mais fácil, mais barato e mais rápido conseguir colocar dinheiro público nas juntas de freguesia, no movimento associativo e assim desenvolver o concelho com mais rapidez e eficácia e, por isso,

manteremos essa estratégia dentro da lei. Há aqui, recorrentemente a senhora deputada do PCP fala das questões relacionadas com a legalidade dos estudos prévios, só para explicar o seguinte, todos estes contratos interadministrativos têm para além do enquadramento legal necessário, têm um mapa de quantidades das obras, portanto, o mapa de quantidades de reparação da escola dos Pousos foi feito tecnicamente internamente pela Câmara onde se estima aquilo que é as quantidades de cada uma das suas intervenções, por pessoas devidamente habilitadas para o efeito, apura-se o valor base, esse valor base está no contrato interadministrativo, a junta de freguesia pega naquele caderno de encargos, naquele mini caderno de encargos, coloca o concurso sabendo que no máximo terá aquele dinheiro se conseguir fazer mais barato, não irá receber o dinheiro que está que irá receber sempre menos e geralmente as juntas de freguesia fazem sempre as obras dentro deste, deste contexto deste, deste princípio, por isso não me parece que haja aqui qualquer tipo de dificuldade de perceber a importância que há ,os contratos interadministrativos que estão previstos em lei e são utilizados por muitos municípios sobre esta matéria.

Sobre as questões relacionadas com a habitação social e a estratégia de habitação do Município, como sabem, ainda há pouco falei, Leiria cresceu, cresceu muito nos últimos dois anos, temos mais população, sobretudo, sobretudo população estrangeira que está a residir em Leiria. Também temos um conjunto de pessoas que estão referenciadas a viver em situações de dificuldade e situações indignas e isso resultou desse levantamento, dessa leitura, dessa análise freguesia a freguesia conseguimos identificar essas situações e em quase todas as freguesias há uma família, duas, claro que na zona urbana das freguesias como Leiria, Marrazes e outras freguesias mais urbanas o número de famílias que vivem em casas sem condições são muito maior e pessoas que por qualquer motivo ao longo da sua vida ou pela idade que têm ou por estarem a passar dificuldades financeiras não têm condições de habitabilidade e, portanto, foram pedindo à Câmara Municipal a possibilidade de beneficiar de uma habitação social a um preço controlado e foi através dessa, dessa análise que se definiu a estratégia municipal naquela altura, atualmente o número está desatualizado, precisamos de mais casas para este tipo de famílias, para este tipo de pessoas. O que decidimos fazer foi não criar habitação social em altura e em massa como são conhecidos alguns dos bairros sociais existentes no país e nós temos um exemplo de um desses bairros no nosso concelho, mas foi tentar executar obras de casas com tipologia T0, T1, T2, espalhadas pelas diversas localidades do concelho evitando aquilo que é a concentração e a criação de eventuais bairros que tenham exclusivamente pessoas em dificuldade financeira e, portanto, do estudo que tínhamos a estratégia daquilo que eram os terrenos disponíveis nas freguesias e do património que a Câmara tinha temos estado a trabalhar nos últimos tempos, nos últimos meses na identificação dessas oportunidades

quer terrenos, quer património. Dentro do património tínhamos as casas, as casas tínhamos as escolas antigas que, como já aqui hoje foi dito, foram transferidas para as juntas de freguesia para projetos associativos ou sociais, algumas que não estavam a ser usadas a gente pediu para devolver e agora já contratámos um arquiteto para adaptar algumas dessas escolas a habitação social transformando geralmente uma sala de aula numa tipologia de um T1 e, portanto, temos escolas com 2 salas, ficamos com dois T1 o que permite colocar, T1 ou T2, já não sei bem, T2? Permite-nos ter a possibilidade de colocar ali duas famílias em cada escola destas mais pequeninas das aldeias, pronto. Para além disso, ficou decidido, e estamos a trabalhar nesta situação, sabemos que hoje a construção é mais cara e é mais difícil e demora mais tempo devido às questões que falei ainda há pouco e então optámos por desenvolver uma tipologia de habitação social recorrendo a uma, a uma construção mais modelar e por isso temos em curso também a colocação de algumas destas moradias, destas casas também espalhadas por diversas freguesias em terrenos que comprámos às juntas de freguesia ou que eram nossos, portanto, freguesia da Chainça, freguesia dos Parceiros, estou-me a lembrar de algumas, agora não me lembro de todas, mas quase espalhado um bocadinho por todo o concelho iremos colocar esta tipologia de casa, será uma casa de raiz e nunca em altura e sempre em quantidade limitada para que haja uma integração na comunidade e que não haja também aqui o estigma de ser uma casa de habitação social criando às vezes aquilo que é o afastamento e a dificuldade de integração destas pessoas em dificuldade. Esta tem sido a nossa estratégia, em tempos fomos atrás também das casas de função da prisão-escola dizendo ao Ministério que estaríamos disponíveis a pegar nessas casas para reabilitar e recentemente, devido também um pouco à nossa pressão, o Ministério da Justiça informa que irá trabalhar com o Ministério da Habitação e serem eles próprios a reabilitar essas habitações. Por outro lado, fizemos um acordo com a cimenteira Secil da Maceira que tem um bairro operário, portanto, um bairro de função para conseguirmos ter dentro daquelas, não sei, acho que são à volta de 40 casas, não tenho bem certeza do número, ficámos com a possibilidade de intervir em 12 casas para podermos também colocar neste tipo de rendas apoiadas, aqui mais vocacionada para jovens casais e, portanto, também temos esse trabalho. Como digo, gostava de já ter estas casas todas mais avançadas, há aqui um esforço grande dos serviços internos também das juntas, ao qual quero agradecer, mas como devem imaginar o problema da habitação não se resolve num curtíssimo prazo e uma das soluções para aliviar a tensão imobiliária em Leiria era, por exemplo, que rapidamente as residências de estudantes fossem construídas, estamos a falar de três residências de estudantes que podem receber aproximadamente 600 estudantes, 600 estudantes que atualmente estão em apartamentos em Leiria, ao saírem dos apartamentos libertam os apartamentos para as famílias e, portanto, começamos a aliviar. Não há soluções imediatas, esta crise da

habitação também é uma oportunidade, como aqui ainda há pouco foi dito pela Céline e que ainda há pouco expliquei, hoje temos escolas nas aldeias com mais crianças, a escola, por exemplo, do Coimbrão que até há pouco tempo tinha salas vazias hoje estão todas cheias com crianças que estão a viver no Pedrógão de famílias brasileiras e, portanto, inverteu por completo aquilo que era as dinâmicas populacionais isto para dizer que em zonas mais rurais, em terrenos onde infelizmente há muita terra e menos pessoas a viver é uma oportunidade também de fixar famílias reabilitando as casas mais antigas ou devolutas e fixando aí famílias, umas os jovens, outros estrangeiros e assim conseguirmos também espalhar o desenvolvimento populacional por todo o território do concelho. Muito obrigado.”

Ponto 5.1 - Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Educação, 2023 – Beneficiação do edifício da exEB1 Estrada Nacional (Pousos) - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por maioria**, com **49 votos a favor** (32-PS, 12-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do respetivo Presidente da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes a **Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Educação, 2023 – Beneficiação do edifício da exEB1 Estrada Nacional (Pousos)**.

Ponto 5.2 - Revogação do Contrato de comodato celebrado entre o Município de Leiria e a Freguesia da Bajouca - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade**, com a ausência do respetivo Presidente da Freguesia da Bajouca, a **Revogação do Contrato de comodato celebrado entre o Município de Leiria e a Freguesia da Bajouca**.

Ponto 5.3 - Revogação do Contrato de comodato celebrado entre o Município de Leiria e a Freguesia de Milagres - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade**, com a ausência do respetivo Presidente da Freguesia de Milagres, a **Revogação do Contrato de comodato celebrado entre o Município de Leiria e a Freguesia de Milagres.**

Ponto 5.4 - Revogação do Contrato de comodato celebrado entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade**, com a ausência da respetiva Presidente da União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira, a **Revogação do Contrato de comodato celebrado entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira.**

Ponto 5.5 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Transferência da verba das candidaturas de apoio das despesas correntes para candidatura das despesas de capital - União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade**, com a ausência do respetivo Presidente da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Transferência da verba das candidaturas de apoio das despesas correntes para candidatura das despesas de capital - União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes.**

Ponto 5.6 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias - Alteração de candidatura de apoio às despesas correntes e despesas de capital – União das Freguesias de Parceiros e Azoia - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade**, com a ausência do respetivo Presidente da União das Freguesias de Parceiros e Azoia, o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias - Alteração de candidatura de apoio às despesas correntes e despesas de capital – União das Freguesias de Parceiros e Azoia**.

Ponto 5.7 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Transferência de verbas das candidaturas de apoio das despesas de capital para as candidaturas das despesas correntes – Freguesia de Bidoeira de Cima - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por maioria**, com **49 votos a favor** (32-PS, 12-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do respetivo Presidente da Freguesia de Bidoeira de Cima, o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Transferência de verbas das candidaturas de apoio das despesas de capital para as candidaturas das despesas correntes – Freguesia de Bidoeira de Cima**.

Ponto 5.8 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Transferência de verbas da candidatura de apoio das despesas correntes para candidaturas das despesas de capital – União das Freguesias de Colmeias e Memória - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.8** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade**, com a ausência do respetivo Presidente da união das Freguesias de Colmeias e Memória, o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Transferência de verbas da candidatura de apoio das despesas correntes para candidaturas das despesas de capital – União das Freguesias de Colmeias e Memória**.

Ponto 5.9 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia da Bajouca no âmbito do programa “Viver Freguesias” - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.9** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por maioria**, com **49 votos a favor** (32-PS, 12-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do respetivo Presidente da Freguesia da Bajouca, o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia da Bajouca no âmbito do programa “Viver Freguesias”**.

Ponto 5.10 - Contrato com a União de Freguesias de Marrazes e Barosa para a locação de horas no Pavilhão Desportivo de Marrazes - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.10** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade**, com a ausência do respetivo Presidente da União de Freguesias de Marrazes e Barosa, o **Contrato com a União de Freguesias de Marrazes e Barosa para a locação de horas no Pavilhão Desportivo de Marrazes**.

Ponto 5.11 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Amor no âmbito de proteção civil e gestão integrada de fogos rurais - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.11** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por maioria**, com **49 votos a favor** (32-PS, 12-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do respetivo Presidente da Freguesia de Amor, o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Amor no âmbito de proteção civil e gestão integrada de fogos rurais**.

Ponto 5.12 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bajouca no âmbito de proteção civil e gestão integrada de fogos rurais - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.12** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por maioria**, com **49 votos a favor** (32-PS, 12-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do respetivo Presidente da Freguesia de Bajouca, o **Contrato**

Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bajouca no âmbito de proteção civil e gestão integrada de fogos rurais.

Ponto 5.13 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito de proteção civil e gestão integrada de fogos rurais - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.13** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por maioria**, com **49 votos a favor** (32-PS, 12-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do respetivo Presidente da Freguesia de Maceira, o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito de proteção civil e gestão integrada de fogos rurais.**

Ponto 5.14 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Souto Carpalhosa e Ortigosa no âmbito de proteção civil e gestão integrada de fogos rurais - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.14** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por maioria**, com **49 votos a favor** (32-PS, 12-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do respetivo Presidente da União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Souto Carpalhosa e Ortigosa no âmbito de proteção civil e gestão integrada de fogos rurais.**

Ponto 6 - Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico – Meigal, Construção e Administração de Propriedades, S.A. – Processo GE/2022/170 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao senhor Vereador Ricardo Santos? que efetuasse uma intervenção sobre o assunto.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao senhor Vereador Ricardo Santos que efetuasse uma apresentação sobre o ponto.

Intervenção do senhor **Vereador Ricardo Santos**

Transcrição:

"Boa noite a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os presentes aqui na sala. Cumprimentar também os muitos pousenses aqui presentes e também não é lá em casa.

Trata-se de um ponto onde se pretende emitir uma declaração de interesse público estratégico municipal para uma unidade industrial a instalar na União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira, nomeadamente na Charneca da Aroeira. Esta unidade localiza-se junto às atuais instalações da Racentro, pertence ao mesmo grupo promotor deste, deste investimento, trata-se de uma indústria agroalimentar e processamento de alimentos, é dos setores que ainda não tem um grande potencial, não tem grande relevância do ponto de vista económico no concelho como tem, por exemplo, o setor de moldes, como tem o setor da metalomecânica, mas trata-se efetivamente de uma unidade que se reveste de interesse público neste local. Esta unidade precisa deste reconhecimento de interesse público pelo facto de em termos de classificação do uso solo não cumprir com, com os parâmetros de, de construção, mas o próprio PDM estabelece esta possibilidade desde que enquadrado como um empreendimento de carácter estratégico onde tem que cumprir com uma série de condições que são cumulativas como é o caso dos postos de trabalho, neste caso aqui em concreto prevê-se a criação de 50 postos de trabalho, também um investimento bastante relevante superior a 15 milhões de euros e a sua própria atividade reveste-se da utilização de tecnologia de ponta e também a utilização de fontes de energia renováveis para, para a respetiva produção. Do ponto de vista ambiental tratando-se de uma unidade de produção no setor agroalimentar obviamente que há aqui um conjunto de requisitos que terá que fazer cumprir pela sua própria tipologia passará pelo crivo não só do Município de Leiria, mas também das várias entidades com destaque para o Ministério do Ambiente onde, obviamente, todo o sistema que irão apresentar terá que ser avaliado e o seu respetivo impacto ambiental quer em termos de ruído, quer em termos de emissão de efluentes gasosos, quer em termos de produção de resíduos não só em termos de quantidade, mas também a sua própria tipologia, se são resíduos perigosos ou não, e também a questão dos efluentes líquidos. Trata-se de uma, de uma proposta de localização muito próxima de uma outra que já tinha vindo aqui à Assembleia Municipal, a única alteração é efetivamente a sua localização porque em termos de classificação do uso do solo aquilo que estava definido na anterior proposta estava também em solo florestal e esta também está em termos de classificação do uso do solo em solo florestal. Só dar uma nota que eu penso que também é importante, é o facto de estarmos a iniciar agora a 6ª alteração do PDM e um dos termos de referência para essa 6ª alteração tem a ver com a adequação ou com a aplicação de zonas industriais existentes podendo ampliar-se para espaço rural.

Ora, neste caso concreto, a própria unidade da Racentro está classificada como solo industrial face à proximidade. Na 6ª alteração do PDM, esta própria, esta própria localização desta, desta indústria irá à partida considerar-se como um espaço industrial e, portanto, seria nessa altura, até dispensava o reconhecimento do interesse municipal, esta proposta entrou em julho, portanto, estamos aqui então para submeter esta proposta à aprovação. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Transcrição:

“Mais uma vez boa noite.

Relativamente a estas declarações de interesse começo-me a sentir um pouco como santo António, já que não me querem ouvir os homens oiçam-me os peixes.

Senhor Presidente, de acordo com o relatório riscos globais do Fórum Económico Mundial, os eventos climáticos extremos, a falha na implementação de estratégias de adaptação e mitigação às alterações climáticas e os desastres naturais são as cinco principais ameaças previstas para os próximos anos. A desflorestação é a segunda causa global das alterações climáticas recentes logo a seguir à queima de combustíveis fósseis. Em julho passado, António Guterres, que já foi aqui falado, disse ao mundo “...as alterações climáticas estão aqui, são aterradoras e isto é apenas o início. A era do aquecimento global acabou, começou a era da ebulição global...” Leiria está surda e continua surda a estes alertas, rema em sentido contrário da corrente, depois em Leiria tudo se constrói onde muito bem se entende. Uma fábrica de 15 mil metros quadrados, muros a ultrapassar os 18 metros de altura e com uma classificação de estabelecimento industrial tipo 1. Tudo isto numa área total de 62 mil metros quadrados em pleno espaço florestal de produção, as tais áreas com vocação dominante para a florestação e tem como função assegurar a correção das disponibilidades hídricas, diminuir os riscos de erosão dos solos permitindo a sua regeneração natural e o incremento do valor ecossistémico e recreativo da paisagem. E o à vontade é tanto que num projeto desta dimensão, onde falamos de 62 mil metros quadrados, esta empresa em causa dá-se ao luxo de depois de ver, depois de ver aprovado este reconhecimento pela primeira vez nesta Assembleia Municipal, mudar o projeto da esquerda para a direita e volta à carga e tudo se permite, são 62 mil metros quadrados em espaço florestal, senhor Presidente, é uma área idêntica à do Parque Verde que tanto se orgulha. Esta não será certamente a última vez que terei de vir aqui recordar o atentado que estas exceções são ao nosso PDM e o uso abusivo que delas se faz, mas enquanto a mentalidade da Câmara não mudar também certamente não mudará o sentido de voto do Bloco de Esquerda. Disse.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

Boa noite. Joana Cartaxo, PCP.

Relativamente a este Ponto 6, senhor Presidente, a verdade é que quando li o título deste, deste ponto chamou-me a atenção do número do processo que é igual ao processo e ao ponto que veio a discussão no dia 13 de janeiro de 2023 a esta Assembleia e tendo por base ou partindo do princípio que já sei que o senhor Presidente vai já usar a tática política de humor para dizer que eu vim aqui dizer uma cassete, eu vou evitar isso porque senão, pronto, exatamente, porque senão eu fazia exatamente o mesmo, não é? Porque, como o meu colega disse, isto foi mudar de um lado para o outro, portanto, podíamos perfeitamente fazer a mesma intervenção com aqui, com algumas nuances, mas eu não vou fazer, eu vou preferir falar diretamente ao senhor Presidente e desafiá-lo aqui com algumas questões. Primeira questão que é, o senhor Presidente tem e, portanto, defende a premissa do desenvolvimento, aliás, a senhora Presidente da Junta de Monte Redondo, que é o caso concreto, diz que as coisas evoluem, as coisas desenvolvem-se e sim, de facto, o desenvolvimento, o progresso, a evolução, o bem-estar das populações tudo isto são premissas que o PS neste caso concreto, no seu mandato, são premissas que julgamos ser, de facto, postas em prioridade quando tomadas determinadas decisões, mas ao ver este caso concreto pergunto, senhor Presidente, onde é que está o desenvolvimento, a evolução, o progresso quando temos aqui neste caso concreto uma empresa que se quer instalar numa zona, numa zona florestal, numa zona que não está prevista ser uma zona industrial, bem pelo contrário, numa zona em que há povoações, nomeadamente a povoação, a povoação da Aroeira, a povoação do Coimbrão, nomeadamente numa zona de acesso ao Pedrógão, a única praia do nosso concelho, enfim, eu pergunto onde é que está o desenvolvimento, onde é que está o progresso, onde é que está o bem-estar das populações quando temos nos documentos a afirmação até da própria entidade de que não há infraestruturas, naquele espaço, de que as vias de acesso não são adequadas, que, inclusivamente, vai passar, vai haver mais tráfego rodoviário, nomeadamente de pesados. Eu pergunto, senhor Presidente, como é que diz a estas populações "...eu dou prioridade ao bem-estar destas populações..." A 13 de janeiro, nós viemos referir essa questão e não sei se foi por isso ou não, mas a verdade é que a empresa já veio dizer e diz nos documentos que vai fazer adaptações à via, às estradas ali em redor. Portanto, senhor Presidente, isto faz-me alguma confusão como é que se pode falar em rankings em que o concelho está no maior ranking das contas certas quando estamos a falar de PDM, quando estamos a falar daquilo que é o Ordenamento do Território que isso sim, isso sim, são concelhos exemplares, isso sim são concelhos evoluídos, isso sim são concelhos desenvolvidos em tudo aquilo que está agregado às preocupações das novas gerações, conforme aquilo que também já foi aqui dito as alterações climáticas, o bem-estar das populações e, obviamente, o desenvolvimento e a atração do investimento, concordamos com tudo

senhor Presidente, mas não conseguimos perceber como é que o senhor Presidente quer fazê-lo quando, veja-se, estamos a falar de um caso em Monte Redondo e o que é que isto nos traz? Zona industrial de Monte Redondo, há quantos anos andamos a falar das zonas industriais que estão previstas no PDM e até hoje, 2023, e eu recorro que em 2017 quando eu fiz esta primeira Assembleia, eu vim falar desta questão. Na altura era PSD, PS, enfim. E eu pergunto, para quando senhor Presidente? Portanto, eu não vou fazer a cassete, eu vou fazer uma pergunta muito concreta, senhor Presidente, o que é que neste caso concreto, mais um caso concreto abusivo de exceção ao PDM, o senhor Presidente consegue ver aqui um concelho desenvolvido, progressista, evoluído que acolhe o investimento económico, que acolhe o bem-estar das populações. Muito obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Fábio Bernardino – PSD

Transcrição:

“Relativamente a este ponto, o que nos traz aqui hoje novamente, conforme temos feito noutras, noutras Assembleias e com outros pedidos deste género, é denunciar a falta de visão estratégica que o Executivo da Câmara Municipal tem nesta matéria. O uso excessivo deste expediente que devia ser apenas usado de uma forma excecional e que tem vindo aqui a esta Assembleia de uma forma recorrente é uma forma de reconhecimento público que se pode sempre construir onde não está prevista a indústria utilizando facilmente esta figura. Só ao abrigo deste instrumento está a ser construída naquela zona do território uma zona industrial sem estar prevista. O facto de não existirem infraestruturas e zonas delimitadas suficientes e de não serem criadas as condições necessárias para as empresas estarem em locais indicados faz com que tenhamos um território que não está ordenado e onde prevalece a vontade de cada um, mas a culpa não é dos empresários é do Município que tem demonstrado ser incapaz de se organizar e ordenar o território de forma correta. O Município de Leiria tem obrigação de criar zonas infraestruturadas para estas situações senão corremos o risco de o concelho de Leiria virar uma zona onde existe uma total falta de organização e onde cada empresário tenta conquistar parte do território para si e para os seus interesses. O PSD irá votar favoravelmente, mas não podíamos deixar este alerta e estas reivindicações para o futuro para que de uma vez por todas o Executivo deixe de ter este ordenamento desordenado. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes – CHEGA

Transcrição:

“Boa noite a todos mais uma vez. Luís Paulo, partido CHEGA. Pois é a 6ª vez que o carácter de exceção ao PDM, Estamos a meio do mandato e já pela 6ª vez é trazido aqui. Nós no CHEGA, não somos contra e apoiaremos sempre o desenvolvimento económico, emprego, e é o que faz falta a Portugal e a Leiria. A questão, e como os colegas deputados já disseram, é a forma como se usa e abusa do carácter de

exceção em solo florestal. Importa referir que o relatório da senhora Presidente de Junta de Freguesia, onde foi aprovado, dos quatro parágrafos que emite, dos quatro, cinco, desculpe, há quatro desde que cumpridos todos os trâmites legais, verificados todos os pressupostos técnicos, os impactos ambientais e sociais sejam mínimos ou nulos, igualmente acompanhado com um sentido de responsabilidade social, portanto, a senhora Presidente do Executivo de freguesia regista aqui que não tem nada a opor, mas que faz avisos ao executivo e que ficam registados com a aprovação com maioria, claro, de mais uma exceção ao PDM e o que importa aqui registar e o que eu quero registar e tenho vindo a registar é que não está ao alcance de todos os munícipes, nem de todos os leirienses, nem de todas as microempresas estes caracteres de exceção porque o PDM é para construir, se os senhores quiserem alargar um bocadinho a construção ou uma microempresa fazer este tipo de situações não consegue porque não tem, não vai dar mais emprego, porque não consegue mas fazia muita falta, mas a uns podem e outros não podem, nós já estamos habituados a isto que os governos socialistas, uns podem outros não, esta é que é a verdade. É a 6ª exceção, não temos nada contra a empresa Meigal, penso que é o grupo Lusiaves também, o que é certo é que são muitos metros quadrados e isto porque, porque também fizemos aprovar nesta Assembleia uma recomendação a este Executivo que na zona industrial aqui bem perto que não tem saneamento e os empresários têm que pagar as cisternas para descarregar as fossas e depois o Executivo responde-nos assim "...ah, isto tem a ver com o passado porque, efetivamente, toda a gente construía onde bem lhe apetecia...". Pois é, a culpa é dos empresários que abriram as suas indústrias, as suas oficinas e agora eles são os culpados porque a Câmara ainda não teve tempo de fazer o saneamento. Então quer dizer, está a obrigar as pessoas a construir fora das zonas industriais, então se as zonas industriais não têm saneamento têm que vir aqui os caracteres de exceção agora nós vamos lutar, não é que não haja desenvolvimento económico, nós vamos lutar é que todos os microempresários, todos os leirienses também tenham a possibilidade, isto o Executivo não pode ter duas mãos nem uma terceira, como o Presidente do meu partido disse, para que todos sejam iguais e para que todos tenham estes caracteres de exceção porque senão uns podem e outros não."

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

"Ora, boa noite. Apenas alguns complementos aquilo que foi dito pelo meu ilustre colega de bancada. E já muito foi dito aqui nesta Assembleia Municipal sobre as sucessivas declarações de reconhecimento de interesse público estratégico, não me vou repetir quanto a isso, mas, de facto, são tantas as exceções ao PDM que de plano este instrumento só tem mesmo o nome, mas o grupo municipal do CHEGA não vota contra estas exceções que trazem investimento e postos de trabalho para o concelho. Leiria não se pode dar ao luxo

de desperdiçar iniciativas de investimento privado contando, naturalmente, que não colida com a legalidade nem com o interesse público. Talvez na realidade em que alguns partidos vivem se possam dar ao luxo de recusar investimento privado, talvez mesmo até a propriedade privada, mas na realidade em que os leirienses vivem não se podem dar a esse luxo. Aliás, sem este malfadado investimento privado em dezembro não estaríamos aqui a votar qualquer orçamento municipal. Mas o problema é que as constantes exceções ao PDM são reflexo da falta de uma estratégia organizada e planeada de captação de investimento no concelho de Leiria, nomeadamente a criação de zonas industriais com terrenos a preços convidativos onde as empresas e indústrias se possam instalar e desenvolverem a sua atividade sem quaisquer constrangimentos, constrangimentos para si e constrangimentos para a população ao invés da atual estratégia de manta de retalhos que, no fundo, é o que tem vindo a suceder. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Paulo Pedro – PS

Transcrição:

“Paulo Pedro, Partido Socialista.

Folgo muito em saber que a maioria das bancadas aqui da, da nossa Assembleia Municipal acha que o nosso PDM é uma coisa espetacular. Sempre dissemos que o PDM tem falhas, temos que o cumprir, mas tem falhas e mal estarão as populações do norte do concelho, nomeadamente na freguesia de Monte Redondo e do Coimbrão, se algumas das intervenções aqui proposta hoje, nomeadamente pelo nosso deputado Manuel Azenha e pela deputada Joana Cartaxo, fossem seguidas à risca. Um exemplo, a freguesia do Coimbrão tem 54 km², provavelmente terá 80% em reservas ecológica e agrícola e terá, pois ainda bem, o pior é que não podemos esticar sequer os braços senhor deputado, porque estamos a bater uma reserva e terá provavelmente 90% da sua área em reservas mais zonas florestais. Mal estaria esta população se não pudéssemos conceber que num espaço florestal sem qualquer interesse e numa zona em que já existem várias indústrias não pudesse ser construída outra indústria para trazer emprego para aquela zona, mal estariam estas populações porque aí tinham que viver sempre na miséria. Em Leiria podemos construir encostado ao rio, o PDM permite, e o PDM é maravilhoso segundo as vossas palavras, o PDM em Leiria permite que se construa a 20 metros do rio. Nas freguesias do norte, junto a uma vala que deve correr um mês por ano, só se pode construir a 50 metros e há reserva ecológica e tudo e mais alguma coisa, portanto, mal estariam as nossas populações se nós não pudéssemos conceder este caráter de exceção a estas situações. Claro que este grupo empresarial tem lá outra empresa, em termos ambientais produz parte da, da eletricidade que consome, tem um parque fotovoltaico grande e a área florestal que vai ocupar é uma ínfima parte, não deverá chegar a 0,01% daquela área florestal que temos em toda a extensão e temos que dizer que estas freguesias florestais

compensam muito do que se faz em Leiria e não têm que ser prejudicadas porque Leiria precisa daquela área para em termos globais ter uma área florestal boa, aquelas populações estão a ser prejudicadas em muito não têm transportes para Leiria, os estudantes daquela zona para virem para Leiria não podem e isto tem que ser compensado e ao menos que seja por emprego e a nossa ideologia de esquerda, eu, a minha não é tão avançada como a vossa, mas a nossa ideologia de esquerda não pode propor que qualquer investimento feito por empresários privados seja uma catástrofe, não é e isto não tem em questão nenhuma a ver com o ambiente, não conta para o ambiente aqui, aquilo que foi aqui dito hoje não conta, é uma ínfima parte e acho que aquelas populações têm direito ao desenvolvimento e emprego, é um grupo empresarial que dá muito emprego na zona e vamos dar-lhe o benefício da dúvida que também nesta questão vai, vai resolver bastante este problema. Falou-se aqui na questão das estradas, que vai alterar as estradas, eu queria-vos dizer que vão ter é que construir, melhorar os caminhos que existem, não há estrada nenhuma, o terreno agora vai ser servido, está a ser servido neste momento por um caminho de terra, em terra, vai ser feita uma estrada, mas onde é que isto tem problemas? Vai ser colocado este espaço entre dois pavilhões que existem, que eu penso que é agropecuária, e a empresa Racentro, qual é a implicação que isto tem em termos ambientais? Será que só se podem fazer, criar empregos em zonas industriais? Será que passámos a nossa, parte da nossa vida a construir mal? Relativamente ao caráter de exceção, eu quero-vos dizer que não é só para alguns, pelo menos o que me parece, se a lei o permite é para todos, depois são analisados caso a caso e aqueles que tiverem ponderação e que forem aprovados por esta Assembleia seguirão em frente e o licenciamento não é feito por nós, não estamos a licenciar nada nem a Câmara porque isto depois precisa das entidades superiores. Portanto, isto é para todos, qualquer pessoa que queira e que tenha objetivos concretos se pode candidatar a uma situação destas, pode propor à Câmara uma situação de exceção. O que foi aqui dito ou dado a entender é que era só para alguns não era para todos, não, o caráter excecional pode ser pretendido por todos, óbvio que parte deles não tem a pontuação para, para o atingir. Disse. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Transcrição:

"Senhor deputado, é bom saber, é bom saber que o PS considera que uma zona de reserva florestal não tem valor nenhum. A zona de reserva, foi que disse aqui sim senhora, a zona de reserva florestal tem um valor intrínseco, um valor em si mesmo.

(Presidente Assembleia Municipal - Senhores deputados, senhor deputado Manuel Azenha, ganharmos aqui alguma serenidade e para evitarmos um diálogo para estarmos, para não estamos a dialogar vamos ouvir o que o senhor deputado

Manuel Azenha tem para dizer depois, eventualmente, se quiserem utilizar o tempo podem utilizar o seu tempo.)

Muito obrigado, senhor Presidente, e a questão, e a questão aqui não tem a ver com a empresa em si, nem tem a ver com a área específica em si mesmo, tem a ver com nós estarmos constantemente nesta Assembleia a fazer, a usar e abusar de esta exceção ao PDM que tem por base um quadro matriz onde os valores que são atribuídos, o valor ambiental deste quadro matriz onde são precisos alcançar 70 pontos é 5 e o valor de empregabilidade, que vai de 5 empregados a 15, dispara para os 25, ou seja, é muito fácil para qualquer empresa que ainda vai ser criada, que não tem controlo absolutamente nenhum vir apresentar um plano onde diz "...eu vou criar 20, 30 postos de emprego, eu vou fazer isto ou fazer aquilo..." e nós aqui aprovamos estes interesses, uns atrás dos outros, até já aprovámos aqui uma vez o interesse estratégico municipal para um alojamento local que era uma casa no meio do nada e é isto que nos traz aqui vezes e vezes sem conta, esta mentalidade do município. Querem alterar o PDM? Alterem o PDM, mas enquanto não alterarem cumpram-no, é só isso."

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"Boa noite, novamente.

Senhor deputado Paulo Pedro, obrigada pela sua intervenção antes de mais porque, de facto, vem aqui mostrar tudo aquilo que eu acabei de dizer. Primeiro ponto, nós não temos nada contra esta empresa e o seu desenvolvimento, esta ou outras. Segundo ponto, não somos nós que dizemos que as estradas precisam de ser adaptadas é a própria empresa nos documentos, não sei se leu. Terceiro ponto, o PDM não é espetacular, nós sabemos, por isso, como disse o deputado Manuel Azenha, se o quiserem alterem-no, não o ignorem. Novo ponto, acho que é o 4º, estamos a falar de Monte Redondo, senhor deputado, esta empresa como as outras todas têm que vir aqui pedinchar à sombra daquilo que é a exceção ao PDM, pedinchar para que possam efetivamente poder aplicar os seus desenvolvimentos. Portanto, tendo em conta isto, senhor deputado, também já agora vou-lhe só recordar uma questão, isto não são políticas de esquerda que o senhor do seu partido isto são políticas de direita, esta, esta rejeição ao PDM são políticas de direita, aliás, já tem muitos anos, o exemplo disto é a zona industrial de Monte Redondo que continua por fazer. Portanto, vamos votar contra, obviamente, e mais uma vez, agradeço a sua interpretação e a refutação que fez aquilo que eu tenho vindo aqui dizer e já agora aproveito também já que, de facto, estas exceções ao PDM têm um interesse estratégico municipal, eu gostaria de desafiar o senhor Presidente, se assim o permitir, que na próxima Assembleia mostre, por exemplo, agora, por exemplo, o caso concreto que o senhor deputado Manuel Azenha falou da exceção à regra que nós, que foi aprovado aqui como de interesse municipal estratégico

do tal alojamento local. Gostaríamos também, já agora, de ver como está comprovado esse, esse interesse municipal. Muito obrigada.”

Intervenção da senhora Presidente da UF de Monte Redondo e Carreira – Céline Gaspar

Transcrição:

“Boa noite, novamente.

Queria só dar aqui um pequeno esclarecimento relativamente ao parecer da junta de freguesia, não é um parecer a dar avisos à Câmara Municipal é um parecer que acontece sob a responsabilidade não só neste caso, mas em qualquer empresa que se queira instalar ou em qualquer operação urbanística que implique esta relação entre o homem e a natureza e, portanto, é mais que natural que façamos alertas que são sobretudo para a empresa, não são para o Município, não é? Portanto, porque o Município, naturalmente, só pode aprovar aquilo que estiver dentro das regras normais. Em relação ao resto e à questão, este assunto já cá veio, a alteração deve-se, sobretudo, porque o primeiro estudo prévio apresentado pela empresa implicava determinados terrenos sobre os quais depois não, não se concretizou a sua venda a favor deste projeto e, naturalmente, que adaptaram o projeto aquilo que já são terrenos próprios da empresa e, portanto, a partir daí nós estamos a falar de uma empresa que já lá tem terrenos, que tem uma empresa a laborar, que é uma empresa de grande importância de empregabilidade, como disse o Dr. Paulo Pedro, no local, quer para a freguesia de Monte Redondo, quer para a freguesia do Coimbrão e, portanto, estamos a falar de uma zona que potencialmente já tem um caráter industrial, quer seja com a Racentro, quer seja com a Avenal, quer seja com outras atividades da área da agropecuária e, portanto, não estamos a falar de uma zona virgem sem qualquer tipo de empresa no local. Também digo que apesar de todos estarmos ansiosos com o início da, da zona industrial e que vai acontecer, se a empresa tem naturalmente terrenos numa área industrial, numa área já próxima de uma empresa que labora é mais que natural que também o pretenda utilizar para, para este fim e que concordo com o Dr. Paulo Pedro da questão de ser irrelevante, não utilizando se calhar, o termo não será o melhor, mas é o que me ocorre em termos globais, a área florestal que temos aquela utilização não vai ser prejudicial, muito pelo contrário, e insisto em relação à questão da estrada que é referida no projeto tem a ver que existe a estrada nacional e o terreno não confina com a EN 109-9, tem um acesso que neste momento é um caminho público e que não está infraestruturado e é essa a estrada que a empresa tem que melhorar para depois poder servir. Obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

“Boa noite.

Confesso que me dá algum gozo ver o PS dizer que não é tão de esquerda como o PCP e o PCP a assumir-se mais à esquerda que o outro e que as políticas de esquerda afinal são de direita, dá-me, dá-me algum gozo, mas existe aqui um problema que é, não há zonas industriais. Para o CHEGA e, felizmente, para outros partidos a solução passa por excepcionar de forma a permitir a implantação destas indústrias. O mesmo problema da falta de zonas industriais é resolvido pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda penalizando os leirienses à custa do desenvolvimento da região e do emprego por meros complexos ideológicos. É só o que tinha a dizer, muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Transcrição:

“Só para reforçar um pouco a ideia daquilo que temos deixado aqui dito, quero agradecer à senhora Presidente da Junta de Monte Redondo porque eu não sabia qual era a razão que levava a que a empresa tivesse mudado do lado esquerdo para o lado direito porque aquilo que nós aqui vimos votar, o que nós viemos votar em janeiro, estamos a votar agora exatamente a mesma coisa. Eu gostaria de chamar a atenção de todos os deputados que aqui estão e todos os presentes que nós nesta Assembleia Municipal pelos vistos aprovámos um interesse estratégico municipal da construção, sobre a construção de uma fábrica de uma área de 62 mil m2 cujo terreno era deles, é esta, é esta, o cuidado que a Câmara tem e que traz às votações que aqui nos apresenta sobre o interesse estratégico municipal, é isto, era só.”

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes – CHEGA

Transcrição:

“Faltou-nos aqui dizer uma coisa muito importante, porque é mesmo muito importante. Bem sabemos que foi promovida a consulta pública que é de lei, ninguém disse nada e para ser uma oposição, que somos oposição, temos que aconselhar e aconselhar o seguinte senhor Presidente de Junta, senhor Presidente do Executivo, se ninguém se pronuncia daquela freguesia, ninguém disse nada, ninguém disse nada, já está a passar o tempo, o conselho é, promovam-se ações de esclarecimento daqui para a frente porque aqui já não vem a oposição depois toda a dizer que é só o caráter de exceção, promovam e vão por mim que nós depois já não criticamos tanto, promovam ações de esclarecimento, chamem a população porque se calhar a maior parte das pessoas, os fregueses nem sabia que se podia pronunciar acerca daquele assunto. Obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Só para deixar aqui, eu ouvi aqui algumas intervenções e estava, estava a ver que estava ao pé de algum ativista climático fervoroso que me ia atirar tinta para cima e até me assustei, portanto, até podia ficar famoso hoje ao ser alvo deste ataque.

Só para explicar aqui duas ou três coisas sobre aquilo que é o território do nosso concelho. Nós temos cerca de 56 Km² no concelho, 565 Km² no concelho, o que representa a mancha florestal, em termos de PDM, são cerca de 37%, se somarmos a parte agroflorestal chega aos 53,7%, portanto, metade do nosso território está classificado como floresta. Se juntarmos a parte agrícola temos que colocar mais 31,7%, se colocarmos uma parte dedicada aos equipamentos escolares, equipamentos coletivos, desportivos temos disponível em terreno, cerca de 2,5%. Para construir casas e construir fábricas temos 7% do nosso território disponível em PDM. Este tipo de solo afeto é feito mediante um plano diretor que é aprovado pelas mais diversas entidades em que temos que consultar o Ministério da Agricultura, das Florestas, das mais diversas entidades a nível nacional e que cada uma tenta defender aquilo que é a sua visão percentual do território a nível do concelho para ter uma visão depois nacional da importância de que é cada uma destas áreas. Por isso, o que estamos aqui hoje a decidir é a possibilidade de transformar uma ínfima parte de um terreno que é florestal para um terreno industrial ao lado de uma fábrica que já existe e que pretende ampliar e eu acho que isto é nada do outro mundo, pois não? Já hoje se falou aqui nas zonas industriais, olha, eu estava aqui a olhar com atenção o folheto que muitos de vocês elogiaram, mas não o leram. Sabem o que é que era a zona industrial dos Pousos antigamente? Era o quê? Não era floresta também? Eu não o interrompi, deixe-me falar agora que agora está-me a dar um gozo, que é, era tudo floresta, sabe o que é que era nos Marrazes, na Zicofa? Era o quê? Sabe o que era? Era floresta. E a zona industrial de Monte Redondo? Toda a gente está aqui a dizer que deve andar para a frente, sabem o que é que era? Era floresta. Então quer dizer, tudo o que vocês estão a dizer que devemos promover o desenvolvimento do concelho sem prejudicar o corte da árvore nós, infelizmente, temos estado a fazer isto, não é só aqui, é assim que tem que se fazer em termos de expansão, não se pode tirar, nós não podemos construir zonas industriais em outras zonas que não sejam zonas que estejam classificadas como zonas florestais desde que essas zonas florestais sejam servidas e devidamente infraestruturados, nomeadamente com vias de comunicação, e que tenham condições de eletricidade, e que tenha saneamento, e que tenham potencial de procura, também não adianta fazer zonas industriais, que também há muitas em todo o país onde se gastaram milhões de euros e também estão vazias, também temos que as fazer consoante a procura e aqui neste caso há procura, felizmente, nós somos um concelho dinâmico do ponto de vista industrial que, pelos vistos, há quem defenda que não devemos ter indústria ou ocupar floresta e que nem devemos ter desenvolvimento.

*Eu não estou, não estou a particularizar ninguém, mas se está a perguntar não sei se lhe coube (**Presidente da Assembleia Municipal – Senhor deputado Manuel Azenha, vamos tentar não estabelecer diálogo com o senhor Presidente da Câmara**) só para dizer que as zonas industriais, a zona industrial de Monte Redondo, como hoje foi dito, não é um processo fácil. É mais fácil aprovar uma situação destas de ampliação de uma fábrica já instalada em que pretende ocupar uma zona de 6 hectares do que comprar 60 hectares em minifúndio, em que há proprietários que fizeram tudo para que a Câmara não comprasse os terrenos, temos que recorrer à figura do interesse público para expropriar com litigância que nunca mais acabava e que demorou a eternidade do tempo que vivemos, que tivemos que fazer para, para a questão do Monte Redondo. Seguramente é muito mais fácil a um privado comprar o terreno para ampliar as suas instalações e como aqui foi dito, o proprietário, o promotor não tem só esta possibilidade tem mais e se calhar alguns vão ficar contentes no dia em que ele decidir ir para outro concelho. Nessa altura se calhar alguns de vocês ficarão contentes, eu irei fazer tudo para que fique cá porque não somos os únicos interessados em receber 15 milhões de euros de investimento, não estamos a falar de menos de uma infraestrutura mínima, estamos a falar de uma indústria de ponta, de inovação, vai processar alimentos, não estamos a falar do matadouro, não estamos a falar também de uma empresa irrelevante no contexto económico do país e por isso é muito importante para quem tem responsabilidade política fazer todos os esforços para que todas estas soluções, e aqui é tanto para o grande como para o pequeno, porque como foi aqui dito também já aprovámos aqui a declaração de interesse municipal para uma pequena unidade de habitação e turismo rural que são 3 ou 4 casas que estão metidas na floresta e que a pessoa que comprou a casa fez uns anexos, quis rentabilizar e também era uma pessoa estrangeira e era um investimento mínimo. Não tem aqui a ver se é rico ou se é pobre, se é setor de ponta ou se é setor turístico, há uma grelha de avaliação e os senhores membros da Assembleia têm a possibilidade de votar em consciência, em consciência sabendo uma coisa, tudo o que seja para fixar investimento importante para o concelho, da minha parte irei fazer tudo para que ele não fuja, tudo. Foi por isso que o plano de pormenor, houve planos de pormenor que foram suspensos para que se possa licenciar hotéis em Leiria, já o fizemos uma vez se for preciso fazer mais 10 vezes faço, dentro da lei. Houve aqui uma intervenção muito interessante que é "...se o PDM está mal alterem-no..." e quanto tempo demora uma revisão do PDM? Uma década, até ter maturidade para fazer uma década, uma alteração ao PDM demora, em média, um ano e meio a 2 anos, será que a Câmara tem culpa? Não é caso único, todas as Câmaras que querem alterar o Plano Diretor Municipal passam por este sacrifício legal que é consultar as entidades de tutela porque há quem pense, e alguns deputados se calhar também pensam nisso, que os autarcas não têm nenhum respeito pelo património e, portanto, tudo o que seja construir*

viola tudo aquilo que é o solo. Então, existem também as pessoas que defendem a reserva agrícola, a reserva florestal e tenta fazer tudo para manter a sua quintinha, os seus interesses protegidos no solo, muitas vezes desadequados daquilo que são as tendências do desenvolvimento económico e, por isso, quando tentamos alterar alguma coisa no PDM temos que ir a todas essas capelinhas para que o processo seja ou mais rápido e vá de encontro aos nossos interesses, aos interesses daquilo que o autarca pensa sobre o seu território e, por isso dizer que se o PDM está mal alterem-no, já o alterámos muitas vezes, demora 1 ano, 2 anos a alterar, revisões demoram uma década e muitas das vezes temos que justificar o porquê das alterações e muitas delas não são aceites. Só queria terminar dizendo que este processo não é novo, houve uma 1ª tentativa com determinado tipo de solo, o solo, pelos vistos os terrenos não tinham sido todos comprados, faltava comprarem algumas parcelas, curiosamente acho que é a mesma pessoa que também teve problemas connosco na zona industrial de Monte Redondo, portanto, e também não fazia sentido comprar quando não tivesse a certeza que podia depois usá-las, não é? Portanto, fê-lo de uma maneira preventiva que é se conseguir avanço, se não conseguir não fecho o negócio. Pelos vistos, o senhor não conseguiu fechar o negócio depois de aprovado, pediu para alterar para terrenos ao lado que já são dele e, portanto, nós conferimos desta vez se havia legitimidade ou não, se já tinha os terrenos em sua posse e tem, por isso, estamos a falar de um território que para além de ter mancha florestal, infelizmente muita ardeu há 6 anos atrás aquando o incêndio do Pinhal de Leiria, é uma zona com enorme potencial também económico não só na zona industrial de Monte Redondo, mas também junto á 109-9 onde temos não só a Racentro, a Avenal, setores relacionados com a agroindústria, com estufas e outras estruturas relacionadas com a agricultura e, portanto, com um investimento de desenvolvimento muito grande e quando se falavam das estradas e dos investimentos é importante dizer que a 109-9, que era estrada nacional até há 2 anos atrás, quando nós aceitámos dissemos "...vamos fazer a estrada e repor a estrada..." A estrada está hoje reposta do Coimbrão até ao Pedrógão e a seguir há-de ser do Coimbrão até Monte Redondo, ela vai ficar arranjada repondo aquilo que foi o abandono das Infraestruturas de Portugal de décadas e a zona industrial de Monte Redondo há-de ir a concurso muito em breve, mas até lá já estamos a fazer a estrada da Bajouca com as rotundas e com os acessos, portanto, não estamos a perder tempo e também no dia em que tiver pronto eu tenho a certeza que a zona industrial de Monte Redondo vai ter sucesso, vai ter sucesso com empresas novas ou com realocização de empresas já existentes e que não estão bem, mas vamos continuar a ter, e felizmente que isso acontece, empresas que estão a crescer, que têm ao lado uma zona florestal e que nos vão pedir para ampliar as suas instalações porquê? Porque têm muito património no sítio onde estão sediadas, é tão simples quanto isso. Eu não vou obrigar uma empresa que já tem 2 ou 3 pavilhões, que de repente precisa

construir mais um pavilhão para dizer, olhe, agora tenho muita pena, vai ter que ir para aquela zona industrial de Monte Redondo quando está sedado na Barosa, isso só se for alguém que vive no país da carochinha, eh pá eu não percebo, não percebo e se nós temos este desenvolvimento é porque muitos destes empresários não hesitam em investir, não hesitam em investir, não estão à espera do investimento público e digo-vos mais, vale mais o investimento privado crescer como tem crescido em Leiria do que estarmos à espera do investimento público que chega a Leiria porque esse demora muito mais tempo que o privado isso garanto-vos eu. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por maioria**, com **49 votos a favor** (33-PS, 12-PSD, 2-CHEGA, 1-CDS-PP/MPT, 1-IL) e **2 votos contra** (1-BE e 1-PCP), a **Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico – Meigal, Construção e Administração de Propriedades, S.A. – Processo GE/2022/170.**

Ponto 7 - Alteração e Republicação do Código de Conduta do Município de Leiria –
Para conhecimento;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, são pequenas alterações que serão introduzidas, nomeadamente no que diz respeito às questões relacionadas com a adaptação aos trabalhadores ao serviço da própria Assembleia Municipal e eleitos e também as questões relacionadas com as declarações de rendimento que estão associadas a este, a este código de conduta do Município de Leiria, portanto, compreendo aqui uma abrangência que depois poderá ou não ter depois cabimento daquilo que é a vontade da própria Assembleia. Muito obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

“Sim, é só mesmo fazer aqui umas questões.

Gostaríamos de saber relativamente aqui ao código de conduta se os trabalhadores foram auscultados diretamente e através das suas organizações representativas e, em caso afirmativo, pretendemos que nos seja fornecida as respostas. No caso de ter havido auscultação direta pretendíamos também saber que forma ou formas adquiriu, quantos trabalhadores foram envolvidos e que contributos foram recolhidos. Muito obrigada.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Relativamente a esta auscultação não tenho a certeza se foi ou não, pronto, mas se tiver sido terei todo o gosto em remeter-vos essa informação relativamente à consulta aos sindicatos e aos trabalhadores ao qual este regulamento visa a sua implementação.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação os pontos 1 a 7 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria deliberado **por unanimidade**, a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Art.º 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** encerrada a sessão, eram **23h39** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 26 de setembro de 2024, deliberou **por unanimidade** aprovar a ata.

O Presidente da Assembleia Municipal de Leiria
António Lacerda Sales

A Técnica Superior
Catarina Isabel dos Santos Clemente